



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXXIV — Nº 119

QUARTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 1979

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 165ª SESSÃO, EM 25 DE SETEMBRO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Fala da Presidência

— Referente ao objetivo da sessão, destinada ao comparecimento do Ministro da Indústria e do Comércio, Sr. João Camilo Penna, em atendimento à convocação desta Casa, feita através de requerimento do Sr. Senador Jarbas Passarinho.

1.1.2 — Exposição feita pelo Sr. Ministro João Camilo Penna

1.1.3 — Interpelações do Srs. Senadores feitas ao Sr. Ministro e respostas de S. Exª às interpelações formuladas

1.1.4 — Comunicação da Presidência

— Transferência para as 19 horas da sessão conjunta anteriormente convocada para as 18 horas e 30 minutos, de hoje, em consequência da prorrogação dos trabalhos da presente sessão.

1.1.5 — Continuação das interpelações

1.1.6 — ENCERRAMENTO

2 — TRECHO DO DISCURSO PROFERIDO PELO SR. MARCOS FREIRE NA SESSÃO DE 13-9-79 (Retificação)

3 — ATOS DO PRESIDENTE

— Nº 34, de 1979

— Ns 23 e 32, de 1979 (Republicação)

4 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

— Ata de reunião do Conselho Deliberativo.

5 — ATA DE COMISSÃO

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 165ª SESSÃO, EM 25 DE SETEMBRO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. LUIZ VIANA E NILO COELHO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Marcos Freire — Nilo Coelho — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Affonso Camargo — José Richa — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A lista de presença acusa o comparecimento de 56 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Em atendimento à convocação feita através do Requerimento nº 143, de 1979, encontra-se na Casa S. Exª o Sr. Ministro João Camilo Penna. Para introduzi-lo em plenário a Presidência designa comissão constituída dos Srs. Senadores Jarbas Passarinho, Dirceu Cardoso, Nilo Coelho e Almir Pinto. (Pausa.)

(Acompanhado da Comissão designada pelo Sr. Presidente, dá ingresso no recinto o Sr. Ministro João Camilo Penna, que ocupa a cadeira a ele reservada.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Acha-se em plenário S. Exª o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, Sr. João Camilo Penna.

S. Exª, neste instante, irá receber a palavra e terá o tempo que julgar necessário para a sua exposição.

Não poderá o Sr. Ministro, nos termos regimentais, ser apartado durante o período de sua exposição, como também, posteriormente, durante o período de respostas às interpelações.

Do mesmo modo, o Sr. Ministro também não poderá apartear os Srs. Senadores na interpelação destes.

O Sr. Ministro disporá, como foi dito, para sua exposição, do tempo que julgar necessário.

Para as interpelações a S. Ex^a serão chamados os Srs. Senadores inscritos que disporão, na forma regimental, de 10 minutos cada um, sendo assegurado ao Sr. Ministro igual tempo para as respostas.

Tem, portanto, a palavra, S. Ex^a o Sr. Ministro João Camilo Penna.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Luiz Viana Filho, Srs. Senadores:

Na verdade, estou um pouco tímido por comparecer a uma tribuna tão alta, mas espero que me perdoem por alguma inexperiência que possa ter, pelo fato de, realmente, estar hoje presente numa tribuna que eu nunca pensei viesse a ocupar.

Vou falar-lhes sobre o Ministério da Indústria e do Comércio no Governo Figueiredo. Acredito que há temas de maior interesse da Casa, mas, certamente, os Senadores presentes terão a oportunidade, nas suas perguntas, ao longo dos debates, de focalizar aqueles que mais lhes convierem. Assim, ao longo de minha palestra, procurarei dar uma visão geral do MIC e dos temas que, no momento, julgo serem mais tensos e mais quentes na vida do Ministério da Indústria e do Comércio.

O Ministério da Indústria e do Comércio, com uma diretiva inicial de trabalho, adotou uma postura de que ele faz parte de um conjunto de governo, não é um fim em si mesmo, mas um meio de atender ao conjunto de problemas do País, como o Governo os vê e os busca resolver; ou seja, nós não entendemos o MIC como um monumento em si, mas como um instrumento para poder atender aos objetivos do Governo.

A minha primeira preocupação ao chegar no MIC foi, realmente, aprender as grandes diretrizes do Governo; a grande filosofia do Governo; a personalidade dos homens do Governo; de modo que o MIC se inserisse de uma maneira harmônica nesse conjunto.

Hoje, passados seis meses, percebo que a minha sensação original e a minha interpretação das diretrizes do Governo foram quase fiéis, mas teriam sofrido alguns pequenos ajustes. Então, vou dizer-lhes como hoje eu vejo a finalidade, as diretrizes básicas e a personalidade do Governo Figueiredo, dentro do qual o MIC se insere.

O primeiro ponto evidentemente seria a personalidade do Presidente. O que é que o Presidente deseja e como o Presidente age em relação aos seus Ministros, e como que o MIC agiria em uníssono com esta personalidade e com estas diretrizes.

Depois de seis meses de um contato bastante próximo com o Presidente Figueiredo, com os seus Ministros, com o seu Governo, percebe-se claramente que o Presidente Figueiredo é um homem que está intensamente preocupado não apenas com o desenvolvimento econômico, mas com o desenvolvimento global. Este é um ponto extremamente importante e vou dizer por quê. Porque o Brasil, nos últimos anos, concentrou-se basicamente no desenvolvimento econômico, era uma meta inteiramente correta vista alguns anos atrás. Há alguns anos, o Brasil tinha um claro desequilíbrio entre o seu território, a sua população e o seu produto econômico, o que tornava extremamente difícil a posição do Brasil nas mesas de negociação do Mundo.

E claro que uma das primeiras posições, ou funções do Governo Federal, do Governo da União, é a relação do País com o Mundo. E, claramente, em todo o relacionamento do Brasil com o Mundo, havia extrema dificuldade de negociação, devido ao grande balanceamento entre a nossa superfície, a nossa população e o nosso produto, o que tornava humilde e humilhada a posição dos negociadores nas mesas internacionais.

Constanei, agora, revendo arquivos dos governos passados, que, nos últimos anos, havia uma clara e nítida preocupação de reequilibrar o tamanho e a população do País com o produto, para que o País se colocasse entre as dez forças econômicas da Terra e tivesse uma posição ativa nas mesas internacionais. Isto foi perseguido. Sob certo aspecto, foi perseguido como objetivo primeiro. Era fundamental que o País adquirisse uma posição de uma das dez grandezas econômicas da Terra. Isto foi conseguido. Por qualquer estatística que se examine hoje, o Brasil é, seguramente, o oitavo ou nono produto econômico da Terra, estatística de órgãos inteiramente neutros e insuspeitos.

O País, ocupando uma das dez posições de grandeza de produto da Terra e tendo conseguido, nos últimos cinco anos, o melhor crescimento de renda *per capita* da Terra, passou a ter uma posição muito mais ativa nos foros internacionais.

Este era o objetivo grave. Foi perseguido, prioritariamente a qualquer outro objetivo, e foi atingido.

Muito bem. Pagou-se um preço para isso.

O desenvolvimento econômico em si, não sendo acompanhado do desenvolvimento político, torna-se um desenvolvimento econômico concentrado.

O Presidente Figueiredo entende, com clareza absoluta, que o desenvolvimento político é fundamental para que o desenvolvimento econômico se processe desconcentrado, em termos regionais e em termos sociais, de tal modo que o desenvolvimento político faça o econômico servir ao social.

Então, o que se busca hoje não é mais o desenvolvimento econômico com uma prioridade absoluta, mas o desenvolvimento econômico equilibrado e, através do político, servindo ao social. Ou seja, o Presidente Figueiredo entende que, sem o político, o desenvolvimento econômico se concentra em termos regionais e pessoais e não servirá ao social. Enfim, não seria um desenvolvimento cristão. E a postura clara do Presidente Figueiredo, como interpreto hoje, é a de um homem cristão que quer o desenvolvimento para servir ao homem. Estamos em busca, agora, vencida uma etapa do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento global político, econômico e social, repito, através do político-econômico servindo ao social. É uma postura básica, fundamental de Governo.

Encontrou-se pelos preços pagos alguns obstáculos sérios. Claro que esses resultados obtidos de tornarmos-nos uma das dez grandezas econômicas da Terra teve preços, preços que justificaram perfeitamente o objetivo alcançado, mas que, de qualquer maneira, são preços. Hoje, vencida esta fase vitoriosa, existem problemas que resultam, em grande parte, de política de desenvolvimento rápido bem sucedido, mas eles existem. Quais são esses problemas, ou quais são esses obstáculos? Primeiro, evidentemente, é o processo inflacionário; a sua remoção não é uma prioridade de Governo. Ele não é um objetivo em si; ele é um meio, um inimigo que se remove, um problema que se busca reduzir, mas não é um objetivo, uma prioridade. Isso é preciso ficar bem claro. Trata-se de um meio para atender aos outros objetivos ou prioridades.

Enfocando isto dentro do desenvolvimento global, como eu disse, político, econômico e social, quais seriam as prioridades do Governo Figueiredo para que o MIC se comporte dentro delas como um instrumento para atendê-las?

Bem, o III PND já foi enviado ao Congresso, mas acho que se pode sempre repetir: há uma prioridade clara, absolutamente clara, após o combate à inflação, que não é, como eu disse, um objetivo, mas um meio; há uma prioridade clara, que eu entendo como fundamental no processo brasileiro, agora, que é o problema de nossas contas externas. O País tem de ser visto, no seu conjunto, pelas suas contas externas.

V. Ex^{as} sabem que o País, nesta sua preocupação de crescer e tornar-se uma das dez grandezas da Terra, teve de investir pesadamente, nestes últimos anos. Este investimento resultou de poupanças internas e poupanças externas. As poupanças externas entraram pesadamente no País, nos últimos anos, a grande parte em forma de empréstimos e uma parte menor em capital de risco. Temos, hoje, uma dívida, em números redondos, digamos, na ordem de 50 bilhões de dólares, que não é grande. Não é grande em relação ao produto brasileiro e muito menos em relação ao patrimônio brasileiro. Mas ela tem um serviço anual de 9 bilhões de dólares, parte amortização e parte juros.

Serviço de dívida paga-se com *superavit* comercial. O nosso *superavit* comercial é negativo. Então, o serviço da dívida externa brasileira é grande em relação à nossa posição de balança comercial. É grande, é muito grande.

Então, não há a menor dúvida de que o primeiro e enorme objetivo do Governo da União — e o comércio externo é função da União — é o problema da nossa balança comercial e balanço de pagamentos.

Fala-se muito — leio diariamente nos jornais — que o Brasil é um modelo exportador, é um modelo que tem-se preocupado em exportar, tem-se preocupado menos com o mercado interno. Por mais que investigue esta teoria, por mais que estude esta teoria ou converse com economistas, eu me convenço de que este é um dos maiores enganos na recente História Econômica brasileira.

O Brasil não é — e não tem sido, nos últimos anos, de modo algum — um modelo exportador. Um país que tem *deficit* comercial, ou seja, importa mais mercadorias do que exporta, um país que acresce sua dívida continuamente é, claramente, um modelo importador. Tem sido um modelo importador; o nosso *deficit* comercial é insistentemente persistente e a nossa dívida cresce, insistentemente, persistentemente. Então, somos, ao contrário do que se fala diariamente, um modelo importador de poupanças alheias, e o pior é que algumas dessas poupanças não são por investimento interno, são para consumo interno. O País tem, inclusive, recorrido a poupanças externas para consumo interno; é um modelo importador. Correto, até agora; até agora, foi necessário, dentro da nossa ânsia de crescer. Entendo que nossa ânsia de crescer não era uma ânsia de crescer para sermos ricos, mas crescer para sermos livres, uma ânsia de crescer para libertarmos da pobreza dois terços da população brasileira que ainda desfila num cortejo, diria silencioso, de fome, de

morte. Nessa ânsia de crescer, o Brasil importou pesadamente poupanças externas. Acho que foi inteiramente correto o processo, e ele deve continuar.

Não tenho a menor dúvida de que o País não pode dispensar, nos próximos anos, captação de poupanças externas; poderemos investigar mais sobre isso. Temos que captar mais poupanças externas em forma de empréstimos, sim, em forma de capital de risco, sim. Mas, como? Para isto é fundamental que revertamos o balanço comercial, de deficitário para superavitário. Isto é absolutamente fundamental. Não há opção, não há escolha sobre isto.

Então, eu penso que, entendido que o combate à inflação não é prioridade, é um meio, é prioritário o problema do balanço comercial brasileiro, é prioritária a sua reversão de deficitário para superavitário, a fim de que o País possa prosseguir em seu processo de captação de poupanças externas, com o aumento de sua dívida e com atrações de capitais externos. Esta seria, no meu entender, uma prioridade fundamental.

Em seguida a isto, entrando em campos setoriais, é claro que todos já sabem haver sido definida a prioridade setorial à agricultura e à energia. À agricultura, por quê? A agricultura atende, de um modo que nenhum outro setor de economia atende, ao desenvolvimento equilibrado, econômico, político e social, porque ela permite a desconcentração do processo econômico em termos regionais e em termos sociais; é o primeiro grande fator de escolha da agricultura como prioridade. Segundo, ela atende de um modo bastante importante ao balanço comercial; ela importa pouco e deverá permitir uma grande exportação. Terceiro, ela contribui de um modo importantíssimo para a terceira prioridade, que seria a energia a ser obtida em grande parte no País, de agora em diante através de vegetais, através de biomassa.

Então, reconhece-se que a agricultura é fundamental à desconcentração do desenvolvimento, porque ela permite a regionalização em todo o País, ela permite a desconcentração social como criadora de empregos e distribuidora de renda, ela atende ao político, atende ao social, como dizia, alivia o balanço de pagamentos, exportando mais e importando pouco, traz uma grande contribuição ao problema de energia e reequilibra o processo de crescimento que nos últimos anos distorceu-se seriamente com um enorme avanço do processo industrial e uma estagnação ou o recuo da agricultura.

O produto brasileiro, hoje, é cerca de 38% de indústria e cerca de 12% de agricultura, o que é bastante desequilibrado em qualquer economia do mundo. Então, eu, como Ministro da Indústria e do Comércio, no primeiro dia, entendi que era fundamental reduzir o hiato agricultura-indústria, para que a indústria pudesse ser consolidada e prosseguir a sua marcha; ou seja, se se continuasse com o processo de avanço industrial, com a agricultura estagnada ou recuada, nós chegaríamos a um enorme impasse na indústria: não só a indústria não teria, digamos, alimentos para os seus operários, como a indústria se veria sem mercados para os seus produtos, como a indústria se veria com falta de matérias-primas para os seus produtos e como a indústria se encontraria com impasses graves no balanço de pagamentos. Foi razoável conceder-se uma prioridade à indústria, nos últimos anos.

O Governo tem que escolher prioridades; não era possível, não é possível: nunca será possível crescer todos os setores com o mesmo compasso, com o mesmo equilíbrio, com um processo ordenado teórico. Os governos escolhem prioridades e concentram-se em prioridades. A prioridade anterior foi a indústria. Com isso, a indústria avançou, modernizou-se, tornou-se um dos grandes parques industriais do mundo. Cresceu, entretanto, a qualquer preço — vamos explorar esta frente. De agora em diante, para a continuidade do processo industrial, é fundamental o avanço da agricultura.

Quando me perguntam: como se sente com o seu ministério relegado a uma não prioridade? Eu diria: é um ledo engano; o meu ministério, no primeiro dia, buscou e apoiou a prioridade agricultura, entendendo que ela era fundamental ao processo de consolidação e um novo avanço do parque industrial.

Outra prioridade setorial do Presidente Figueiredo seria a energia. Amavelmente conhecido o problema, convém apenas lembrar que nós não temos nenhuma crise de energia elétrica estrutural à vista. O País dispõe de um vasto potencial hidráulico, duzentos milhões de quilowatts, sem contar as miniquedas, já entrou no campo nuclear e, por muitos e muitos anos, o País disporá de energia elétrica, que é o grande insumo industrial de energia. A indústria póia-se basicamente, em energia elétrica e, secundariamente, em óleo combustível. Nós não temos nenhuma crise de energia estrutural à vista, é importante que isso se repita sempre. Mas convém lembrar que cada usina nova que se constrói, custa, em termos unitários, mais cara que a anterior. É importante sempre lembrar isto. O setor foi muito bem planejado, fez prioridades, construiu-se primeiro o que era mais importante, mas, de agora em diante, cada usina que se constrói tem o preço unitário mais alto do que a usina anterior. Conseqüentemente, de agora em diante, nós teremos continuamente uma alta real nos custos reais de energia elétrica. Energia elétrica que hoje

pesa 3% do produto industrial, nessa ordem gradativamente, em termos de anos, deverá atingir a 5% ou 6% do produto industrial porque cada usina que se constrói é mais cara do que a anterior, em termos unitários. É importante frisar bem isto para que a indústria se prepare para não desperdiçar energia elétrica, porque, de agora em diante, ela vai começar a pesar no produto que ela pesa hoje, tornando-a insensível e levando-a a um grande decréscimo. É importante sempre frisar isto. Por sua vez, ainda que a indústria pagar mais, é fundamental que ela economize energia também para a construção de grandes usinas que onerarão o País. Então em matéria de energia elétrica não há problemas estruturais, há apenas um problema de preços crescentes.

Temos, entretanto, um problema sério na área de combustíveis líquidos de petróleo. O País produz 15% do seu petróleo, importa 85%, do qual importado perto de 50% vem de um único país. No território brasileiro temos a esperança de encontrar petróleo, mas não podemos ter confiança. Então, o quadro do petróleo brasileiro é vulnerável. Visto isto é que o Sr. Figueiredo colocou como a sua grande prioridade setorial a substituição de derivados de petróleo.

O primeiro substituto de petróleo, o melhor deles é o próprio petróleo. Nada compete com o petróleo, mesmo os recursos de hoje. Então, é importante mental que o País continue nessa pesquisa de petróleo, é fundamental que o País diversifique as suas fontes de compra de petróleo, porque o melhor substituto do petróleo é o próprio petróleo.

O segundo melhor substituto do petróleo é o melhor uso do petróleo, economizando nas suas aplicações. Sobre isso, também, há um grande trabalho a fazer.

O terceiro substituto do petróleo são as fontes alternativas, sob as quais eu falarei mais: carvão, álcool, etc.

Entendido que as grandes prioridades do Governo Figueiredo são a agricultura e a energia, ou político, para que o econômico sirva a essas prioridades setoriais são agricultura e energia, como o MIC se encaixa nisso, para que o MIC seja parte de um governo, entrelaçado nesse governo, servindo aos objetivos desse governo? O que é o MIC?

O MIC é um ministério altamente heterogêneo, altamente variado, extremamente complexo. É, inicialmente, o maior empresário brasileiro em termos de faturamento, o MIC é um grande empresário. A parte empresarial e industrial do MIC é enorme, o que o MIC fatura em matéria de aço, barrilha, bauxita, açúcar, álcool e café é 3 a 4 vezes mais que o faturamento do maior empresário do Brasil. O MIC é um grande empresário, de um lado. Do outro lado, como governo, ele abrange o BNDE, EMBRATUR, a Política Nacional de Tecnologia, a Política Nacional de Patentes, a Política Industrial, a Política Comercial, a Política de Construção Civil. É um Ministério imenso no Brasil. Como empresa, ele coordena na área empresarial: a SIDERBRÁS, a Companhia Nacional de Alcalis, o IBC, o IAA, a SUDHEVEA, a Companhia Nacional do Sal. São áreas empresariais do MIC. Como governo — representa o BNDE, a EMBRATUR, Conselho de Desenvolvimento Industrial, Conselho de Desenvolvimento Comercial, Conselho de Construção Civil, Conselho de Tecnologia Nacional, e a área de patentes e royalties. É um Ministério grande e muito complexo.

Na área de exportação, o MIC responde por 70% das exportações brasileiras, representadas por café, açúcar e manufaturados. Responde por 70% das exportações brasileiras de café, açúcar e manufaturados. E, na área de produto interno brasileiro, ele responde pela indústria — digamos assim, respondendo por IBC, IAA e SUDHEVEA, que é a borracha, respondendo por perto de mais de 50% de produto brasileiro. Esta é a dimensão do MIC.

É um Ministério enorme na sua parte empresarial, como eu disse, que ele fatura 3 a 4 vezes mais que o grupo empresarial brasileiro. Mas, como governo ele é o Ministério que tem o orçamento com meio por cento do orçamento da União. É o segundo menor orçamento de Governo dos Ministérios da República, ou seja, é um órgão com imensas missões e parcos recursos.

Não sei se interessaria aos Srs. Senadores a descrição de cada setor do MIC, falar sobre a SIDERBRÁS, falar sobre álcool, falar sobre borracha. Como o tempo é curto, estou à disposição para responder a qualquer pergunta sobre qualquer empresa do MIC, que lhes interessar. Mas, me parece que no momento há alguns temas que seriam de maior interesse da Casa.

Eu talvez pudesse focalizar o restante da exposição sobre o problema da desconcentração do crescimento econômico — parece que é um tema de grande importância — sobre substituição de petróleo, fontes alternativas de energia do petróleo: programas de substituição de energia é o segundo tema de grande importância, capital estrangeiro poderia ser um tema de grande importância, talvez café seja um assunto de muito interesse da Casa e ta

desenvolvimento do açúcar e do álcool seja de bastante interesse da Casa.

Então, em vez de passar cada setor do MIC — que, como eu disse, o MIC é imenso, só a siderurgia justificaria uma tarde inteira aqui e eu considero siderurgia um dos grandes problemas brasileiros, uma das grandes prioridades brasileiras, mas, talvez seja de maior interesse cuidar da desconcentração do crescimento econômico, substituição do petróleo, problema de café, problema de açúcar e do álcool e problema do capital estrangeiro.

Em seguida, nos debates, se alguns dos Srs. Senadores se interessar, poderíamos falar sobre qualquer empresa do MIC, sobre qualquer problema empresarial do MIC.

Desconcentração econômica, desconcentração industrial.

Eu disse, inicialmente, que o MIC se entrelaça no Governo, quer servir ao Governo para que o Governo sirva bem ao País. Nós somos, essencialmente, parte de uma equipe entrelaçada, buscando tanto quanto possível uma posição monolítica, precedida, evidentemente, de debates calorosos entre Ministros, com personalidades próprias, que defendem suas áreas respectivas, mas, terminados os debates, em posição monolítica firme. É o MIC claramente entrelaçado com lealdade e disciplina no conjunto do Governo.

Entendi claramente, entendo claramente que o Governo Figueiredo quer o desenvolvimento global e este não pode ser só o econômico, porque o econômico em si se concentra regionalmente e se concentra socialmente. Então, entendo que é um corolário imediato do desenvolvimento global: que haja a desconcentração.

Fala-se muito em desconcentração da economia, fala-se muito em desconcentração industrial. Cunhei uma expressão diferente que é desconcentração do crescimento econômico, desconcentração do crescimento industrial. Não uso, de modo algum, no meu vocabulário a expressão desconcentração econômica ou desconcentração industrial; uso desconcentração do crescimento econômico, a desconcentração do crescimento industrial. Por quê? Primeiro que quero conotar que o País continua crescendo. Parece que ainda há dúvidas se o País continuará crescendo ou não. Não tenho dúvida sobre isto. Tenho uma total confiança de que o País prossegue firme numa marcha de desenvolvimento global. É uma confiança que V. Ex^{as} poderão confundir com uma esperança ingênua, mas, na verdade, diria que ela resulta de uma longa experiência, de um pessimista frustrado, que, por muitas e muitas vezes, viu frustradas suas profecias de catástrofes e, finalmente, passou a ter uma confiança enorme, diria, no homem dessa terra e na terra desse homem. Não tenho dúvidas de que o País prossegue firme numa marcha constante de desenvolvimento global.

Então, por que desconcentrar a economia se ela vai crescer? Basta desconcentrar o crescimento da economia. Por que desconcentrar a indústria, se a indústria vai crescer? Basta desconcentrar o crescimento da indústria. Então uso essa expressão. Por quê? Primeiro, como disse, por uma razão política ou por uma decisão política. É decisão do Presidente Figueiredo. Ele quer desenvolvimento global, político e social e crescimento concentrado não é desenvolvimento.

Agora, diria, como uma razão política também fundamental, que nós queremos construir uma nação; uma terra de contrastes, não. E o País apresenta dos mais densos contrastes da geografia moderna, seja entre regiões, seja entre pessoas. Visto que é uma razão política a constituição de uma nação, em matéria de contrastes não, nós temos uma razão geopolítica, que é reduzir a vulnerabilidade desta Nação. Não há dúvida sobre isso: a concentração econômica e social torna este País mais vulnerável.

Há razões culturais. Nós precisamos crescer com culturas próprias e as grandes metrópoles tendem a uma posição internacionalizante e despersonalizante. A cultura nacional se embebe numa nação mais uniforme. É fundamental, então, a constituição da cultura nacional. Eu diria que, dentro desse aspecto de cultura, há razões de espírito, há razões de homem, razões poéticas, de ecologia, de qualidade de vida; mas há razões de imediato interesse do meu Ministério. É fundamental viabilizar oportunidades latentes em todo o Território Nacional de um modo mais eficiente e mais produtivo, porque não há mais dúvidas de que o processo de concentração atingido no País está levando a custos de produção para o País, colocado para o consumidor, maiores do que em processos mais espalhados no território. Há estudos que provam isso de um modo indiscutível.

As economias de escala das nossas grandes metrópoles e das regiões que elas polarizam já atingiram ponto de reversão. Se a um dado empresário é mais econômico instalar-se numa grande metrópole, o seu custo é menor, o custo público que ele provoca é muito maior; a soma do custo do empresário com o custo público está levando a custos de produção brasileira já acima do adequado e já claramente em ponto de reversão que recomenda a desconcentração; ou seja, o meu Ministério, interessado em um menor custo de pro-

dução industrial, interessado em um menor custo de produção colocada para o consumidor, entende que esse custo é agravado, no seu global, pela presença da produção nas grandes metrópoles e nas regiões que elas polarizam.

Sendo um dos objetivos do meu Ministério reduzir custo de produção brasileiro, para que o produto brasileiro seja acessível à população mais pobre do País e seja competitivo no mercado externo, sem subsídios, para atender-se a esse objetivo uma das premissas é a desconcentração do crescimento industrial. Então, diria que a desconcentração do crescimento econômico ou/e do crescimento industrial tem razões políticas da construção da Nação; ela tem razões geopolíticas de redução da vulnerabilidade desta Nação, tem razões culturais de formar uma cultura própria não alienada, tem razões ligadas à qualidade de vida do homem, mas, para mim, como profissional da produtividade, ela tem um objetivo imediato que é o aumento da produtividade nacional, colocada no consumidor.

A desconcentração do crescimento, além da decisão política do Presidente Figueiredo, tem razões enormes que a suportam. Nesse sentido eu tenho, inicialmente, buscado um trabalho de co-responsabilidade, que é outra postura que o Ministério adota dentro da linha do Presidente Figueiredo. O Governo Figueiredo é um Governo que, na abertura política, essencialmente buscará a participação e a co-responsabilidade de todos. Então, no caso industrial, onde há grandes lideranças da Nação, o MIC busca muito um trabalho de co-responsabilidade com as lideranças empresariais do País.

O meu primeiro trabalho, no campo da desconcentração do crescimento industrial, tem sido um trabalho de reuniões consecutivas com as lideranças empresariais de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, etc, no sentido de buscar, com um trabalho paciente de persuasão, obter desconcentração do crescimento, sem propriamente ação do Governo, por própria decisão e iniciativa do empresário. Nesse sentido, tenho tido uma grande satisfação de constatar uma clara consciência do empresariado maior brasileiro; não há grande resistência ao processo, já se compreende isso, já se aceita isso. Isso é um primeiro trabalho.

O segundo trabalho é que eu me convenci que para desconcentrar, eu tenho que partir de onde está concentrado. Então a minha política de desconcentração industrial busca do eixo São Paulo—Rio de Janeiro as forças para a sua desconcentração. Eu entendo, contrariamente ao que muita gente entende, que até agora o processo de concentração talvez tenha tido resultados globais benéficos ao País. Se a industrialização, durante esse processo, tivesse se espalhado inicialmente pelo território, seríamos talvez, hoje, um país uniformemente pobre e uniformemente incompetente, digamos assim, na condução de um processo tecnológico moderno. A concentração havida no eixo Rio—São Paulo permitiu ao Brasil dispor de um patrimônio que poucos países subdesenvolvidos dispõem: um eixo da mais alta competência empresarial-tecnológica, da mais alta possibilidade de formação de poupanças. Atingido esse estágio, eles têm de compreender que chegou, agora, a hora de o eixo continuar girando para gerar riquezas para o Brasil todo.

Então, a minha política de concentração é realista, ela parte do eixo Rio—São Paulo. Lembro-me de quando era criança, jogava pedrinhas nos lagos da minha fazenda e formavam-se ondás. É como se eu jogasse pedrinhas em Rio—São Paulo e se abrissem ondas partindo do Rio—São Paulo para ocupar o País. É isto. O que estou buscando, de Rio—São Paulo, é que eles compreendam e aceitem que eles deverão ser o grande agente da desconcentração do crescimento.

Esta é a política básica que faço: de catequese, de ladainha, diariamente, em reuniões particulares ou em público, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Mas, realista que sou, sei que não basta pregar, não basta falar, não basta pedir. Tenho dito que o assunto é tão denso, seja neste caso de desconcentração, seja no caso de energia, que o Presidente Figueiredo já falou em “economia de guerra”, expressão que, no meu entender, implica em um direito de o Governo convocar. Então, além de pedir, estou também convocando. Mas sei que não basta isso. Então, estamos estudando, em reta final, mecanismos de política industrial indutores de desconcentração, coordenada pelo Governo Central. Até agora, grande parte da desconcentração brasileira se deu em luta fiscal entre Estados, com uma certa indisciplina nacional. Acho que o Governo da União deve assumir esse papel; ele deve criar mecanismos que ele administre, mecanismos fiscais, creditícios, de infra-estrutura, seja sobre capital, seja sobre trabalho, no sentido de que, além da catequese, além da convocação, da colaboração do eixo Rio—São Paulo, haja mecanismos duros, mecanismos de lei, mecanismos *hard*, mecanismos fiscais, creditícios e de infra-estruturas. Estes feitos pelo Governo Federal, com esse elenco de mecanismos, tornem-se um elemento que ajude o empresário a ser cívico também.

Isto é um ponto importante. Nós já preparamos grande parte desses documentos. Eu já havia discutido longamente com o Ministro Mário Simon-

sen, com o Ministro Rischbieter e com o Ministro Golbery. No momento, estou em reta final de acertos com o Ministro Delfim Netto, que basicamente aceita grande parte das nossas posições e está apenas dando os últimos retoques, com a sua competência.

Tenho a impressão de que, brevemente, poderemos colocar em vigor uma política conduzida pela União, no sentido de que cabe à União desconcentrar os Estados e autorizarmos a estes em convênios disciplinados, a desconcentrarem dentro deles, com mecanismos disciplinados próprios. Ou seja, a União desconcentrará entre os Estados e os Estados desconcentrarão entre as suas regiões próprias. É isto que nós estamos propondo.

Entendo, entretanto, e é importante falar sobre isto, que a desconcentração do crescimento industrial não pode implicar em alta de custo do produto industrial, ou seja, uma das razões da desconcentração é exatamente buscar menores custos colocados no consumidor.

Todos sabem que há alguns anos, com o petróleo a dois, três dólares, buscou-se no Brasil uma política de um mercado comum nacional, baseado em economia de escala de produção e transportes a longas distâncias, com fretes muito baixos, criando-se então, o ICM, que era um imposto, também, sem barreiras estaduais, ou seja, a política brasileira econômica dos últimos quinze anos buscou muito o mercado comum nacional, baseado em fretes muito baixos e baseado na inexistência de barreiras fiscais entre Estados. Era o mercado comum nacional, baseado por excelência na teoria da economia de escala da grande produção.

Bem, a teoria de escala da grande produção já saiu um pouco da moda hoje. É claro que a pequenina escala não compete. Mas é claro que a grande escala também já está um pouco fora de moda e está provado, amplamente, que como sempre, isto é uma posição mineira, um meio, *in medio virtus*.

As grandes economias de escala já perderam um pouco o sentido, e o petróleo passou de dois dólares a vinte e dois dólares. Conseqüentemente, fretes a longas distâncias subiram enormemente de preço e continuarão subindo, em valor real. Haverá, e já está acontecendo, um claro processo de maior regionalização das economias, com menor incidência de trocas de longas distâncias. Isto é um aspecto importante que está acontecendo na economia brasileira, agora. Já é um fator indutivo de desconcentração. É importante estar atento a isto na mudança do perfil brasileiro.

Além disto, eu insisto que um processo de desconcentração do crescimento industrial poderá levar à alta do produto industrial.

Estamos querendo desconcentrar, como eu disse, pelas razões políticas, geopolíticas, por razões culturais, por razões econômicas, onde estou me detendo, e na razão econômica, um dos objetivos é baixar o custo da produção industrial brasileira.

Nós não daremos incentivos para viabilizar artificialismos, buscaremos incentivos para realizar oportunidades, ou seja, os mecanismos de incentivos que o Governo irá adotar não serão incentivos que viabilizem artificialidades, mas que tornem realidades partindo de oportunidades, isto é, cada região receberá incentivos, não propriamente para viabilizar coisas irreais, porém como fator decisório de tornar realidades as suas oportunidades. Neste sentido é que tenho me reunido, sistematicamente, com Governadores de Estado e com Secretários de Indústrias estaduais, no sentido de que cada Estado da União busque me trazer estudos de oportunidades, baseados em suas realidades de sítio e de posição. Sítio, como V. Ex^{as} sabem é a coisa em si, é a posição em relação ao mercado. Então, esta busca de oportunidades reais de cada região passa a ser, também, uma grande área de trabalho do MIC, que conseguiu um aumento real do seu orçamento e estará contribuindo para todos os Estados para estudos de busca de oportunidades. Este é, talvez, um dos maiores papéis que o MIC pode fazer agora.

Resumirei: nós buscamos a desconcentração, não da economia, nós buscamos a desconcentração, não da indústria, mas a desconcentração do crescimento da economia, a desconcentração do crescimento da indústria. Primeiro. Por quê? Razões, como eu disse, política de consumo da Nação, razões geopolíticas de redução da vulnerabilidade da Nação, razões culturais, razões econômicas. Razão econômica — é a que mais me interessa — visa essencialmente à redução do custo de produção industrial para que o Brasil compita no exterior sem subsídios e possa vender seus produtos à população mais pobre do País, que hoje está fora do mercado. Então, o processo de desconcentração não poderá implicar aumento do custo da produção, posta no consumidor. Lembrando que a enorme alta de fretes trazida pela realidade dos preços de óleo diesel, alta esta que continuará em custos reais, leva a uma mudança do perfil de distribuição do mercado comum brasileiro, recomendando maior grau de regionalização das economias, visto isto já como fator inicial. O segundo fator são incentivos fiscais e creditícios que daremos para capital de trabalho regionalizados, maiores para as regiões mais pobres e nu-

los para as regiões mais ricas. Em cima disso, a infra-estrutura, que é grande obrigação dos Governos, e em cima disso coroando, é o problema de estudos macro de busca de oportunidades reais para que viabilizemos realidades. E cada Estado no Brasil, cada região no Brasil, tem claramente boas oportunidades latentes.

Nós não daremos incentivos sobre projetos que não sejam bons em si; mas sendo bons em si, eles terão um incentivo, como última fase do processo decisório do empresário e, também, ainda que seja para aumentar o seu lucro, porque o lucro será reinvestido no processo.

Muito bem. Então, sobre desconcentração do crescimento, que é o grande tema, o que queria lhes dizer é isto: é uma decisão política, tem razões as mais diversas. Eu quero conduzi-la partindo de onde está a concentração, que é o eixo Rio—São Paulo. Creio que este eixo, até agora, cresceu de um modo útil ao País, porque é um patrimônio valiosíssimo de que o País dispõe — dispor de um eixo com tal competência gerencial, profissional, capitalística — mas esse eixo, seja por razões de consciência, seja por razões de pragmatismo, ele deve continuar girando para gerar riquezas para o Brasil todo e não para si próprio. Eu diria razões de consciência porque cabe a ele retornar, o que muito recebeu do País. Por razões de pragmatismo porque se o País não reduzir os seus desníveis em termos regionais ou em termos sociais, claramente o eixo Rio—São Paulo terá o seu processo tolhido rapidamente. Nesse caso, o meu processo de concentração é realista: ele parte de onde está a concentração que é Rio—São Paulo. Sobre ele eu jogarei “pedrinhas” para que as “ondas” saiam dele para todo o Brasil.

Dentro disto, entretanto, como eu insisto em desconcentrar o crescimento, esclareço: como se faz o crescimento? O crescimento significa crescer o produto. Como se aumenta o produto? O produto resulta de investimento? Como se faz o investimento?

O investimento se faz com poupança. Onde está a poupança?

Temos poupança interna e poupança externa.

Por que continuarmos crescendo? Porque temos que criar um milhão e meio de empregos por ano. Ainda há dias, Isaac Kerstenetzky me dizia que apenas um milhão e trezentos mil empregados por ano. Mas, como temos, seguramente, um subemprego enorme, eu posso admitir os outros duzentos mil para retirar do subemprego essa população escapeira do subemprego.

Então, tenho a necessidade de criar um milhão e meio de empregos por ano, não é para quem vai nascer, é quem já nasceu há vinte anos atrás. Não há política populacional que reduza isto. Este ano, chegam ao mercado de trabalho, um milhão e meio de pessoas. No ano que vem outro milhão e meio, no outro milhão e meio, que já nasceram há vinte anos atrás.

Então, o grande problema da sociedade brasileira é criar empregos. Não para os filhos da sociedade, mas para o filho de cada um de nós, e que não busque esse emprego no Governo. Eu, diariamente, recebo empresários que me falam da privatização, da não-estatização e, depois, me chamam num canto e me pedem emprego para o seu filho, no Governo. Isso é muito comum. É claro que o Governo pretende desestatizar, o Governo não é o grande empregador. Então, é fundamental criarmos os empregos. Neste ponto eu tenho uma crítica à sociedade brasileira. A sociedade brasileira tem claros traços paternalistas cartoriais, preocupa-se muito mais em cuidar de quem já tem posição do que em criar empregos. Isso é bem nítido, nós fazemos férias de trinta dias, nós fazemos quinquênios, nós fazemos fundo de garantia, fazemos aposentadoria com cinquenta anos, fundações, estamos cuidando intensamente de quem já tem colocações ou já tem as suas empresas. Estamos nos esquecendo que temos uma vasta população pobre, desempregada e temos um milhão e meio dos nossos filhos a empregar. Para empregar, temos que investir para investir, temos que usar poupanças, temos que poupar. A poupança brasileira é declinante. Há alguns anos atrás nós poupávamos 25% do produto, hoje estamos perto dos 20% do produto. Poupança declinante. E 22% do produto não é uma boa poupança em níveis internacionais. Muitos e muitos países do mundo têm *performances* muito melhores do que a nossa. O Brasil tem grandes posições de *performances*. Somos o 8º produto do mundo. Como os Srs. sabem, nós somos já um dos grandes produtores de automóveis do mundo. Nós somos o 3º consumidor de sabonetes do mundo. Não sei se todos sabiam disso. Somos o 5º consumidor de cosméticos do mundo. Temos magníficas *performances* mundiais, mas temos uma má *performance* de poupança interna. Nos últimos dois anos então acentuadamente má *performance* em poupança interna. Má para o estágio em que estamos, de necessidade de criar empregos. Não seria má para um país que já tenha uma população estabilizada. País de população estabilizada não necessita criar novos empregos, mas para um país que precisa no mínimo colocar um milhão e meio de nossos filhos, de meu filho, este país tem uma *performance* de poupança não satisfa-

tória. Então, um dos clamores e reclamos que insisto nele é a necessidade de a sociedade brasileira voltar a aumentar o seu número de poupança, tornando-o consentâneo com a necessidade de investirmos no País. E investirmos também pela necessidade de ocuparmos o território na construção da Nação. Lembro que temos apenas um eixo Rio—São Paulo, o resto da Nação tem ainda de ser ocupada, em grande parte. Então nós temos de poupar seriamente. Este é um tema grave, é um tema que implica a postura de sociedade. E a sociedade tem de fazer alguma opção. Ela tem de optar: ou ela aumenta a poupança, ou ela não tem poupança para criar os empregos que ela tem de criar, ou ela tem que recorrer mais à poupança externa. É uma opção, são três escolhas. Como eu não admito a escolha de não criarmos empregos, ou nós temos de poupar mais, ou nós temos de recorrer mais às poupanças externas, em forma de empréstimos ou capital de risco. Para aumentarmos nossos empréstimos, e deveremos fazê-lo, deveremos aumentá-los, deveremos fazê-lo, nós temos de reverter o déficit comercial para um superávit comercial, o que é fundamental. E temos de tomar uma definição sobre capital externo, o que queremos de capital externo no país. São posturas da sociedade, e o Congresso, em grande parte, é que deverá decidir sobre estas opções. Este é o segundo tema importante que eu queria falar, dentro da desconcentração.

O terceiro tema, que eu acho que é de interesse de todos, é o problema de energia. Eu já falei que não há crise de energia elétrica à vista, mas haverá altas crescentes do custo real de energia elétrica, conseqüente a novas usinas cada vez menos baratas. Mas temos o problema da crise do combustível líquido, em que o país importa 85% do petróleo, desses 85% quase metade de um único país, o Iraque. Nós temos esperança de achar petróleo no Brasil, mas um país não pode apoiar-se em esperança, e ele não pode ter confiança nisto. Então a redução da vulnerabilidade brasileira de combustível líquido exige não só que o país intensifique a pesquisa do petróleo em seu território, como exige que economizemos petróleo no seu uso, porque eu volto a dizer que o melhor substituto do petróleo é o próprio petróleo, como produzamos fontes alternativas de petróleo. Este é o meu capítulo, cabe ao MIC reduzir consumo de petróleo nas indústrias, e o MIC está incumbido do Programa Nacional do Alcool, do álcool de cana-de-açúcar, e também do álcool de madeira, do qual também falaremos em seguida, em acordo com o Ministério da Agricultura.

O Programa Nacional do Alcool é um programa iniciado no Governo Geisel, com enorme sucesso. Diariamente vejo nos jornais que é um programa fracassado. Não entendo bem isso, porque a meta para 1978, fixada, definida, de todo o programa era de 2,5 bilhões de litros de álcool. Este ano nós produziremos 3,8 bilhões de litros de álcool. Então, é um programa vitorioso, está produzindo 60% mais que a meta traçada inicialmente.

Mas, seria fracassado, também, se ele não tivesse dando continuidade a esta meta, para que ela pudesse prosseguir em sua marcha. Ele está dando continuidade com grandes níveis de garantia sobre o futuro. É um programa, entretanto, criticado também porque a meta traçada para 1984/1985, é uma meta de, apenas, dizem os críticos, 10,7 bilhões de litros de álcool e a maioria dos críticos insistem que devemos produzir 25 bilhões, 30 bilhões de litros de álcool.

Bem, esta meta de 10,7, é um número um pouco cabalístico, ela resultou, ao meu entender, de uma posição altamente sensata, ela resultou de uma posição de produzirmos álcool para atendermos ao crescimento do consumo de gasolina neste período. Ou seja, não se propõe, nesta meta, substituir a base do consumo. O que se consome hoje em gasolina e álcool; misturar com a gasolina continua: vai se produzir para o crescimento.

Isto é muito semelhante à minha tese de desconcentração do crescimento e não da economia. Em primeiro lugar, é uma atitude política, nós não queremos mexer com o que existe. Já existe todo um sistema instalado de compra de petróleo, refino de petróleo, transporte de petróleo, distribuição de petróleo e automóveis para gasolina.

Esse sistema existe e não há muito sentido em eliminá-lo ou substituí-lo. Mas, como o País continua crescendo, a meta de 10,7 bilhões de litros é uma meta para cobrir o nosso melhor julgamento de crescimento do consumo de gasolina até 1984/85. Ela é sábia, porque ela não irrita ninguém da base, e ela demonstra que o País continua crescendo e é uma demonstração de confiança nisso, primeiro. Segundo, é uma meta grande. Como que se julga uma coisa grande ou pequena? Ela é grande, porque equivale a dois terços do atual consumo brasileiro de gasolina. O País hoje consome 15 bilhões de litros de gasolina, com uma certa mistura de álcool. Ora, 10 bilhões de litros são dois terços de todo o consumo brasileiro de hoje, não é um número pequeno. E ela é grande porque equivale em valor energético, por coincidência, foi apenas coincidência no caso, ela equivale em valor energético a toda a produção atual brasileira de petróleo.

O Brasil hoje produz 170 mil barris/dia de petróleo; pois bem, 10 bilhões de litros de álcool por ano equivalem exatamente, em valor energético, a 173 mil barris/dia de petróleo.

É curioso. Esta meta de álcool equivale a toda a produção atual brasileira de petróleo, 170 mil barris/dia. E ela também não é pequena, porque ela implica num investimento de 4 a 5 bilhões de dólares, o que é um número sensível.

Então é uma meta que pretende atender ao crescimento do consumo. Ela é grande porque equivale a toda a produção atual de petróleo e a 2/3 do consumo de hoje. Entretanto, ela foi considerada pequena porque não substitua a base. Ela mantém a base em gasolina.

Agora, a qualquer momento esta meta poderá ser acrescida. Prefiro partir com 10 e crescer para 20 do que começar com 20 e eventualmente cair para 10. Então, a qualquer momento, esta meta de 10,7 bilhões de litros poderá ser acrescida por razões que surjam. Por exemplo, se o petróleo continuar subindo em valor real, poderá justificar o acréscimo desta meta; se o custo da produção de álcool cair — precisamos que ele caia — poderemos acrescentar esta meta com álcool mais econômico; se o Brasil, após muitas pesquisas, não encontrar petróleo, deveremos acrescentar esta meta, e se o Brasil encontrar muito petróleo, ficaremos nesta meta.

Então, a medida que os fatos de desenrolarem, esta meta poderá ser acrescida. Ainda hoje recebeu um acréscimo. É provável que se faça um programa de álcool de madeira, em acréscimo a esta meta. Falaremos em seguida sobre isso.

É importante que os Srs. Senadores compreendam isto: é uma meta mínima, firme, que, com o desdobrar dos acontecimentos, poderá ser acrescida. Não será reduzida, com o desdobrar dos acontecimentos, porque é um programa plurianual conduzido em conjunto — depende de empresários, de plantador de cana, de todo um processo de financiamento. É um programa firme a ser conduzido. Em última instância, este álcool seria transformado em álcool-química, caso o País eventualmente encontrasse maciçamente petróleo para os seus carros. Mas, como disse, isto é apenas uma esperança, não é uma confiança.

O programa do álcool marcha firme e substituirá o crescimento do consumo da gasolina. Entretanto, ele sozinho é insuficiente, porque tem que ser conduzido em paralelo com a indústria automobilística — ela consumirá este álcool — e em paralelo com o sistema de distribuição.

Nós tivemos, nos últimos meses, negociações longas, e muitas cassandras agoureiras pregaram que, se houvesse álcool não haveria automóvel, se houvesse automóvel não haveria álcool, que a falta de confiança impediria o programa, e muitos disseram que não bastava o canal ser verde e amarelo para que houvesse ânimo em plantá-lo.

Hoje, após a assinatura, uma semana atrás, no Palácio do Planalto, de um protocolo com a indústria automobilística, nós temos contratos firmes de parte a parte, pelo qual as partes se responsabilizam gravemente; de um lado o MIC, representando os produtores de açúcar e álcool, garantindo o fornecimento; de outro lado, o Ministério das Minas e Energia garantindo, através da PETROBRÁS — Distribuidora e das distribuidoras privadas, a distribuição desse álcool, e de outro lado ainda a indústria automobilística garantindo a produção de carros para o uso desse álcool. Temos, portanto, um programa equilibrado, definido em contrato.

Esse programa prevê que, em 1980, a indústria automobilística produzirá 250 mil carros exclusivamente a álcool, 300 mil em 1981, e 350 mil em 1982; são 900 mil carros. Além disso, as retíficas assinarão conosco um contrato, na semana que vem, para converter 300 mil carros. Teremos, dentro de dois anos e meio, 1 milhão e 200 mil carros, no País, exclusivamente a álcool hidratado; o restante da frota continuará com a mistura de 20% de álcool, que é também uma grande conquista.

Por que apenas 1 milhão e 200 mil carros, dizem os críticos? É pouco, devia ser 2 milhões, 3 milhões. Bem, nós somos gradualistas, este é o primeiro ponto. O segundo ponto é que a mistura é altamente eficiente. Então, ainda que queiramos, nos próximos 3 anos, não conseguiremos aumentar a produção de álcool prevista. A produção de álcool para daqui a 3 anos está sendo gerada hoje, a usina já está em construção, digamos assim. Nós poderemos aumentar a produção daqui a 4 ou 5 anos; daqui a 3 anos não teremos mais chance de aumento de produção. Então, os níveis de produção de álcool previstos nos próximos 3 anos garantem-nos abastecer uma frota de 1 milhão e 200 mil carros exclusivos, e o restante da frota, 80% dela, com mistura. Por que 80%? Porque não vamos misturar, digamos, em locais muito longe do álcool. Não é econômico.

Então, esse é um programa firme, em plena marcha, acertado entre o produtor e o usuário. Mas ele não basta. Ele não basta porque o problema

não é a gasolina, o problema é o petróleo. Simultaneamente com o programa do álcool, é importante substituir o óleo combustível e o óleo diesel — e nisto o País atrasou, sem dúvida alguma. Assim sendo, estamos trabalhando intensa e prioritariamente nos problemas de óleo combustível e óleo diesel.

Assinamos, também, no Planalto, há uma semana, um contrato com a indústria de cimento do País, no Sul e Sudeste no sentido da substituição rápida do óleo combustível para o carvão. Esse programa não atingiu o Nordeste, porque a economia de combustível feita no Sul e Sudeste liberará para as indústrias do Nordeste, que estão longe do carvão do Sul. Programa de grande importância.

Assinamos contrato — não estou falando em protocolo, estou falando em contrato — com a indústria automobilística, com a indústria de cimento e assinaremos um contrato com a indústria siderúrgica, dentro de 15 ou 20 dias, sobre um programa idêntico de redução de óleo combustível na siderurgia. Com esses dois programas, o de cimento e o da siderurgia, nós teremos atendido a uma grande redução no consumo de óleo combustível no País. Com a redução do óleo combustível, da gasolina pelo álcool, nós liberamos a PETROBRÁS para produzir menos óleo combustível, menos gasolina e mais óleo diesel, resolvendo o caso do óleo diesel e equilibrando a coluna de petróleo.

Temos, como único país no mundo, um programa real, efetivo, em pleno vigor de execução, de substituição de grande parte dos três derivados de petróleo — óleo combustível, gasolina e óleo diesel por maior produção de óleo diesel nas refinarias.

Este programa está sendo objeto da maior atenção internacional; diariamente recebo embaixadores e telefonemas das maiores empresas do mundo. Ainda no próximo domingo, a ANFAVEA, que é a Associação Brasileira Fabricante de Veículos Automotores, publicará um anúncio nos maiores jornais do mundo, com logotipo Volks-Fiat-Ford-GM — os quatro associados, comunicando ao mundo que assinaram esse contrato de produção de 1 milhão e 200 mil carros a álcool. É a primeira vez que quatro grandes produtores vão sair num anúncio comum. É uma coisa curiosa.

Há também inúmeros países querendo comprar essa tecnologia do Brasil para o processo, o que é uma coisa bastante interessante.

O quadro de energia, rapidamente, seria este.

Sr. Presidente, eu já tomei bastante tempo e os temas principais, que poderiam interessar a esta Casa, eu os já abordei. Talvez conviesse reservar o resto do tempo para debates, porque eu gostaria muito de um debate amplo. Agora, se os debates forem curtos eu me reservaria mais tempo para falar de outros temas que, na verdade, já havia programado.

Consulto a V. Ex^a como prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Para o debate, cada interpellante tem 10 minutos e V. Ex^a tem 10 minutos para responder. Isso é o regimental. É a informação que posso dar e V. Ex^a será o juiz, se prefere aguardar o debate ou se prefere continuar.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Eu não sei se há muitos debatedores inscritos...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Temos 10 interpellantes inscritos.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Então, parece-me que poderíamos passar aos debates, porque assim eu cobriria interesses específicos. Se os debates forem rápidos, eu me reservo o direito de fazer um fechamento geral. Acho que é preferível passarmos aos debates para cobrir os interesses específicos.

Muito obrigado a V. Ex^a (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao primeiro interpellante, Senador Bernardino Viana.

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro da Indústria e do Comércio:

Antes de tudo quero parabenizá-lo pelo brilhante pronunciamento que acaba de proferir nesta Casa. Tenho rápidas perguntas e gostaria que, a proporção que as fosse fazendo, V. Ex^a respondesse, porque se tratam de assuntos diferentes.

A primeira pergunta seria: no Governo anterior, a ênfase da política industrial, visando a substituição das importações, caracterizou-se pela busca da auto-suficiência de diversos setores mediante a adoção de programas especiais, exemplo: bens de capital, siderurgia, petroquímica, fertilizantes, defensivos agrícolas, papel, celulose, etc.

O Governo atual continuará cumprindo essa política?

Quais seriam os desativados? Quais seriam os incorporados, os novos programas?

Enfim, o Governo pensa em prosseguir com os programas especiais ou não?

Esta seria a primeira pergunta.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Ilustre Senador Bernardino Viana, a política industrial brasileira, no momento, tem dois grandes objetivos básicos.

O primeiro é inserir, no mercado, produtos industriais, dos quais grande parte da população está à margem. É, digamos assim, a produção de bens essenciais à vida. Este, o primeiro objetivo, de grande importância. Para atingi-lo, temos todo um elenco de providências essencialmente ligados, primeiro, a um aumento da produtividade, para a redução do custo industrial.

O segundo objetivo é a desconcentração do processo, para estarmos mais perto do consumidor.

E o terceiro objetivo é que há um vasto problema de normalização e padronização a fim de permitir a redução de custo. Este é um objetivo também importante.

Outro enorme objetivo é o problema da absoluta necessidade de superávits comerciais. Nós temos de importar menos e exportar mais, o mais importante é exportar mais do que importar menos, mas também importar menos.

Conquanto haja continuidade dos processos em andamento — e esta premissa adotei no primeiro dia — os projetos em andamento têm preferência básica. Não interrompemos nem interromperemos processos iniciados, ou seja, o programa siderúrgico em andamento, os programas de grandes indústrias, o programa de insumos básicos, todos esses terão continuidade. Primeiro, porque eles são importantes em si, porquanto foram bem concebidos. Segundo, por um princípio meu, que investimentos feitos, se não concluídos, geram juros intercalares pesadíssimos, até que um dia terminam por onerar a sociedade.

Assim, há continuidade em todos os grandes programas de insumos básicos que haviam sido iniciados e que serão levados ao fim, e se for o caso, complementados para escalas de produções adequadas.

Como política nova, como etapa nova que entra além da continuidade de programas iniciados que recebem em andamento, nós temos duas grandes prioridades. Uma é o balanço comercial: exportar mais e importar menos. Mais exportar mais do que importar menos. O problema de importação brasileiro não é tão sério quanto a necessidade de exportar mais.

E a segunda prioridade é o problema da produção de bens industriais, para venda, para acesso a 2/3 da população brasileira, quase fora de mercado. Isso é um problema de grande importância.

Nesse sentido é que venho falando muito em normalização e padronização.

O elenco industrial brasileiro é um elenco já bastante adiantado, já de presença muito importante no mundo, mas ressentido-se enormemente da falta de um universo de normas e padrões para uma produção eficiente. Trabalhamos com normas e padrões do mundo inteiro. Trabalhamos com normas e padrões do Japão, da Suécia, da Alemanha, dos Estados Unidos, da Suíça e até do Brasil. Temos até algum padrão à norma do Brasil.

Conseqüentemente, temos uma variedade de componentes que oneram o custo do produto industrial tremendamente. O Brasil fabrica, digamos, cinco mil tipos de parafusos; a Alemanha fabrica quinhentos; a USIMINAS produz oitenta tipos de chapas de aço; a United States Steel produz vinte. Temos cinquenta e dois tipos de aparelhos de televisão à venda no mercado; os países desenvolvidos têm meia dúzia de tipos à venda no mercado. Então, não só temos, sem afetar o produto final e opções ao consumidor, uma vasta área de padronização de componentes, sem afetar a variedade de produtos finais, como temos também de reduzir o número de opções ao consumidor em produtos finais.

Ainda, há dias, em uma fábrica de Franca, fábrica pequena, discutiam comigo o problema de preço de sapato. E eu perguntava: "Quanto tipo de sapatos o senhor faz?" Ele me respondeu que só fazia sapatos masculinos. Eu falei: "Ótimo! Então o Senhor já padronizou." Ele falou: "Bom, mas de masculino, eu faço trezentos e oitenta tipos." Eu lhe perguntei: "E se o Senhor reduzisse para cem tipos?" Ele falou: "O meu preço cairia 15%".

Entem, recebi, na minha sala, uma comitiva do pessoal do Sindicato de Tubos com costura. É um insumo industrial importantíssimo. Preside-o a Sr^a Lina Eva Maria Bizzamiglio Persico, que é uma industrial de grande importância no Rio de Janeiro, e discutia muito o problema de preço de costura, da necessidade de liberação do preço do CIR. Então, perguntei: "Minha Sr^a, quantos tipos de tubo temos no Brasil?" Ela respondeu: "Ih! O Sr. mexeu em casa de marimbondos. A FIAT quer um tubo azul, a Volks quer um tubo amarelo, a Mercedes Benz quer um tubo verde, a outra fábrica quer um tubo com 008 de cromo, outro quer 0078 de cromo; nós produzimos mais de mil ti-

pos de tubos no Brasil, enquanto que os Estados Unidos fazem tubos industriais com costura menos de cem tipos". E ela me disse: "Se o Sr. reduzisse isso a cem tipos, o nosso preço de tubo cairia 40%".

Assim, temos como política industrial, firme no Brasil, visto que o País agora tem de produzir, industrialmente, a preço competitivo internacional e tem de baixar o preço de produção industrial para o mercado mais pobre, temos um vasto trabalho de normalização e padronização. Padronização é a redução do número de componentes com que se faz um produto final, e normalização é a definição de padrão de qualidade necessária a um produto para que ele exerça bem a sua função.

Pois bem, nós, no Brasil, temos produtos com qualidades muito inferiores ao necessário à sua função, e temos milhares de produtos com qualidades superiores ao necessário, falta de normas, e temos como eu disse, milhares de componentes cuja simplificação facilitará tremendamente o processo.

Tenho sido muito atacado, dizendo que a padronização reduzirá a criatividade, que a padronização reduzirá a possibilidade mercadológica. Isso é um ledão engano. Vivemos num mundo de padrões. O gosto humano é um padrão, tem dois olhos, um nariz. Um padrão, e, apesar disso, há uma variedade infinita de rostos. O alfabeto é um padrão. Temos 25 letras, com as quais compomos as mais lindas obras da literatura, e os mais arrebatados discursos do Congresso. São padrões. Com poucos componentes poderemos ter produtos finais imensos muito mais baratos.

O grande objetivo da refinaria industrial é norma e padrão, para baixar custo de produção industrial, para a competição internacional, sem subsídios, ou para acesso a 2/3 da população que está fora do mercado.

Respondo à pergunta de V. Ex^a?

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Muito obrigado, estou satisfeito.

Sabe-se, Sr. Ministro, que no Nordeste, e principalmente nos Estados do Piauí e Maranhão, nós contamos com vastas extensões territoriais ociosas e abaixo custo. Sabemos, também, das migrações que há dos Estados do Nordeste para o Estado de São Paulo, principalmente, onde hoje se diz que a maior capital do Nordeste é uma parte da Capital de São Paulo.

Não seria o caso de aproveitarmos estas terras do Nordeste, do Norte do Brasil, onde há grandes extensões territoriais baratas para que implantássemos minidestilarias de álcool?

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — O problema das minidestilarias de álcool, Senador Bernardino Viana, é perfeitamente adequado, exatamente para regiões de consumo menos denso, para evitar que o álcool tenha que ser transportado a longas distâncias, ou seja, as minidestilarias têm um custo de produção — no atual estágio de tecnologia, dominado — maior do que o das destilarias médias ou grandes. O custo de produção é maior. Mas se é uma região de consumo menos denso e o álcool tem que ir a longas distâncias, uma destilaria grande transportaria álcool para centenas de quilômetros para levar o seu álcool. Então, nessas regiões cabem destilarias menores, minidestilarias; é um problema de balanceamento econômico, ou seja, à medida em que a destilaria menor tiver condição econômica de colocar o álcool no consumidor, ela será escolhida; sobre isto, não há dúvida. No momento, no nível de tecnologia que se conhece, as minidestilarias têm um custo de produção maior que a destilaria média ou grande. Naturalmente, novas evoluções tecnológicas poderão levar a se obter minidestilarias de baixo custo de produção; neste caso, elas serão tremendamente disseminadas. Mas, hoje, elas se justificam em regiões mais vazias, onde o nível de consumo é menor. De modo que atende exatamente a sua indicação.

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Muito obrigado a V. Ex^a

Sr. Ministro, V. Ex^a, no seu pronunciamento, falou, também, que para se promover o crescimento industrial é necessário poupar — não só poupar no País, mas, também, nos valermos das poupanças externas. Mas, eu não entendi bem a questão do aproveitamento das poupanças externas para que se promova o desenvolvimento industrial. Eu queria que V. Ex^a, por obséquio, esclarecesse melhor o assunto.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Nobre Senador, como eu disse, nós temos que criar 1 milhão e meio de empregos por ano; para criar empregos, nós temos que investir, e investimento vem de poupança, poupança pode ser interna ou externa. Se o País conseguir poupar mais, ele poderá dispensar poupanças externas — esta foi a primeira premissa que eu coloquei — é uma opção da sociedade brasileira. Ela pode renunciar a poupanças externas, se fizer sacrifícios de consumo e poupar mais. Esta é a primeira opção, a opção que eu prefiro; eu prefiro que a sociedade brasileira faça um grande esforço

de poupança interna e consiga mobilizar recursos internos para atender às necessidades de investimento das quais não temos direito de abrir mão; caso contrário, traremos um maciço desemprego.

Então, a primeira opção, a primeira recomendação, o primeiro desejo é o aumento da poupança interna. Entretanto, se a sociedade achar que não convém sacrificar o seu consumo e recorrer às poupanças externas, é uma opção também plenamente válida, porque o mundo todo tem aceito este processo. Os Estados Unidos, hoje, são um dos maiores recipientes de capital externo do mundo; os Estados Unidos estão recebendo maciçamente poupanças externas da Europa e do Japão. Por sua vez, a Europa recebe pesadamente poupanças externas do Japão, por exemplo, no momento. Assim, grande parte dos países desenvolvidos do mundo recebem poupanças externas. Países subdesenvolvidos, a maioria do mundo, estão, também, usando poupanças externas. É uma opção perfeitamente adequada que a sociedade brasileira pode fazer, visto que dois terços da população brasileira vivem muito pobremente; acho relativamente difícil que consigamos aumentos muito grandes de poupança interna, porque grande parte da população nossa, ainda vive em níveis de consumo muito baixos. Creio ser adequado continuarmos captando poupanças externas; apesar de nacionalista que sou, prefiro a primeira opção. Eu sou mineiro, e mineiro, em geral, poupa muito, também; é hábito do mineiro. Eu gostaria que o Brasil todo adquirisse o hábito de poupança de Minas Gerais. Mas, de qualquer maneira, a poupança externa foi o mecanismo que a maioria dos países do mundo utilizou em seu desenvolvimento, e ainda hoje utiliza. É uma questão de uma legislação adequada — está nas mãos de V. Ex^as — que estabeleça condições para que a poupança externa venha ao País colaborar com os interesses nacionais. Esta legislação existe. A legislação brasileira, hoje, que rege capitais externos no País é uma legislação adequada, no meu entender. Quer dizer, ela tem permitido um nível de captação adequado e tem permitido uma razoável proteção do interesse brasileiro.

Agora, há dois modos de trazer a poupança externa: um por empréstimos e outro por capital de risco. A poupança por empréstimos levou o País a uma dívida bruta da ordem de 50 bilhões de dólares, caminhando para rapidamente ser uma dívida líquida de 50 bilhões de dólares. Como eu disse, não é um número grande em relação ao patrimônio nacional, ao produto nacional, mas é um número grande devido ao seu serviço ser de 9 bilhões de dólares para um País que está com deficit comercial.

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Então, de agora em diante, o processo de endividamento pode continuar?

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Perfeitamente, porque é pequeno em relação ao produto, é pequeno em relação ao patrimônio do País. Mas, ele só pode continuar se passarmos de *deficit* comercial para *superavit* comercial. É fundamental que o País passe de *deficit* a *superavit* comercial. Nesse capítulo, há um grande esforço comercial a fazer, junto com a agricultura; e se passarmos ao *superavit* comercial, nós poderemos continuar o processo de endividamento por muito tempo, crescendo o endividamento. Caso contrário, o nosso endividamento será apenas para pagar *deficit* comercial; ele crescerá pagando *deficit* comercial de serviço. Esse é o primeiro ponto muito importante.

Então, eu proponho que passemos a *superavit* comercial e prossigamos trazendo empréstimos externos, para apressarmos o processo brasileiro de desenvolvimento, porque, como já dizia o Presidente Médici — não é homem do meu tempo — "eu tenho pressa". Nós temos pressa; inclusive para redução de vulnerabilidade, nós temos pressa do desenvolvimento.

Um outro capítulo...

Um outro capítulo de poupanças externas é na forma de capitais de risco. O País tem recebido capitais de risco em número não grande: esse número oscila em torno de 1 bilhão de dólares por ano, que têm entrado no País em forma de capital de risco, principalmente na região da grande São Paulo, onde esses capitais entraram e fizeram em grande parte São Paulo como é. Este número em valor real tem caído; há 3 ou 4 anos, girava em torno de 1 bilhão de dólares, enquanto que neste ano atingirá 1 bilhão e 100 milhões de dólares, que, em moeda real de 4 anos atrás, equivale a 900 milhões de dólares.

Ainda ontem, um jornal comentava que eu declarei que a poupança externa entrada no Brasil tinha caído, e que o Presidente do Banco Central disse que ela tinha crescido. O Presidente do Banco Central se referia a números correntes, eu me referia a números reais. Em números reais, a poupança externa em entrada no Brasil baixou de 1 bilhão e 100 milhões de dólares, há 4 anos, para 900 milhões de dólares reais este ano. Ela tem caído também em valor real.

Acredito que o País pode continuar recebendo capitais de risco externos, porque nós somos um País grande, nós somos um País que não tem direito de temer. Quem é o Brasil para ter medo de uma multinacional? Isto é coisa de país pequeno, de país menor; nós somos maior em força política; como eu disse, nós já conseguimos ser a 8ª grandeza econômica da Terra; nós temos assento altivo em qualquer grande mesa internacional de negociação. Nós não temos nenhum direito de temer multinacionais ou capital estrangeiro dentro das nossas leis, que V. Ex^{as} fazem. É fazermos leis e fazermos com que eles cumpram as leis. Nesse sentido, eu acho que o capital externo pode trazer boa colaboração ao País.

Ainda há dias, eu dizia em São Paulo que espero que o eixo São Paulo—Rio leve seus capitais a todo o País, ao Nordeste brasileiro, para que o processo brasileiro se desenvolva harmonicamente.

E disse que se os capitais paulista e carioca não forem a estas regiões, eu darei acesso a outros, darei acesso ao capital externo, evidentemente. E lembrei que São Paulo foi feito em grande parte na base de capital externo.

Então, eu acho que o País não tem o mínimo direito de temer multinacionais; ele é muito maior que qualquer multinacional. É a tal história: "Quem tem medo de Virgínia Woolf?" Não há razões para isso.

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Estou muito grato, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Sr. Ministro, saudades de Santa Catarina!

A inflação é um problema sério brasileiro; balança comercial, outro; balança de serviços, idem; redistribuição da renda no País, idem.

São vários os problemas sérios neste País. Problema sério, também, no Brasil, a falta de confiança plena no Governo, pela falta de continuidade das medidas governamentais, pelas contradições, pelos conflitos de informações de opiniões de Ministro, de outros elementos integrantes da máquina administrativa Federal. Um exemplo, o Ministro da Indústria e do Comércio Camilo Penna, afirmou, e a grande imprensa brasileira publicou sábado, que "é decrescente o investimento externo no Brasil. E V. Ex^a acabou de reafirmar; há pouco ultimamente, o nível anual caiu de 1 bilhão para cerca de 900 milhões de dólares, o que é significativo, principalmente se considerarmos a desvalorização do dólar". Pois bem, no mesmo dia, a mesma grande imprensa, nas mesmas páginas, publicada declarações do Dr. Ernane Galvêas, Presidente do Banco Central do Brasil, segundo o qual "o investimento direto de capital externo no País tem crescido substancialmente e deverá alcançar um recorde, este ano, superando um bilhão e 100 milhões de dólares".

E mais, Sr. Ministro. V. Ex^a referindo-se aos investimentos externos, anunciou que "está consolidando um estudo que proporá modificações substanciais no estatuto regulador da captação de capitais externos no Brasil, modernizando-o". O presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Ernane Galvêas, na mesma oportunidade, para a mesma grande imprensa, afirma a propósito: "A legislação do Brasil, com relação ao investimento de capital estrangeiro, é suficientemente aberta para atrair os capitais e suficientemente fechada para evitar abusos". Afirmou, ainda, que "não dá nenhuma razão para que a legislação e a atitude do País, com relação a esses investimentos sejam alteradas".

São informações, opiniões como estas que tumultuam a vida do empresário brasileiro. Desenvolvimento é estado de espírito, é tranquilidade, é confiabilidade. Por que essas coisas estão acontecendo em nosso País?

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Muito bem, Senador. Parece que previa que V. Ex^a talvez, fosse falar sobre isto, porque, antes da sua pergunta, acabava de tocar neste ponto.

O Dr. Ernane Galvêas, como disse, fez uma comparação baseada em valores nominais do dólar. A conta-corrente de dólar, para este ano, deverá atingir um bilhão e cem, segundo o Dr. Ernane Galvêas, em dólares correntes ou seja, um bilhão de dólares quatro anos atrás, este ano um bilhão e cem milhões de dólares. Valores correntes.

Existe uma inflação progressiva do dólar, que é de 5 a 10% ao ano. Como V. Ex^a sabe. Este ano o dólar atingirá perto de 15% de inflação.

Os números que dei, em São Paulo, no mesmo dia em que o Dr. Ernane Galvêas falava no Rio, eram números reais. Estava me referindo em termos reais. A entrada de dólar no País tem diminuído. Aliás já conversei com o Dr. Ernane Galvêas sobre esse assunto e realmente o que há é isto: ele fez uma comparação em valores nominais e eu fiz uma comparação em valores reais.

Este é o mesmo engano que a imprensa cometeu há poucos dias, quando o Ministro Rischbieter e o Ministro Delfim anunciaram que o País, em

1984/85, deverá exportar 40 bilhões de dólares, passando de cerca de 15 bilhões neste ano. Então, a imprensa, grandes jornais do Brasil comentavam o seguinte: passar de 15 para 40, significa uma taxa média de crescimento de 22% ao ano, que é inatingível, uma vez que o produto brasileiro deverá crescer 7% ao ano. Há vários editoriais de imprensa comentando isso.

Acontece que os 40 bilhões de dólares a que os Ministros Rischbieter e Delfim se referiram são 40 bilhões de dólares nominais, ou seja, se incorporam a uma inflação do dólar de 5% ao ano, que é a inflação prevista para esse período. Em termos reais, os 40 bilhões de dólares previstos para 1984/1985 são 30 bilhões de dólares equivalendo a uma taxa de crescimento de 10 ou 11%.

Então, é um problema de valores nominais e valores reais. Este é um ponto que eu acho bastante claro, a dificuldade veio daí.

Quanto às minhas declarações de que estou estudando um novo estatuto para o capital estrangeiro e que o Dr. Galvêas declarou que as leis existentes são boas e adequadas, também não vejo maiores contradições. O Dr. Ernane Galvêas vê o problema do ângulo do Banco Central, do ângulo de captação de valores adequados ao balanço de pagamentos brasileiros para os problemas, digamos, de relacionamento financeiro. Eu vejo o problema do ângulo da indústria, vejo o problema do ângulo de autorizar uma fábrica de geladeiras e não autorizar uma fábrica de televisores, por exemplo; vejo o problema industrial, de capital externo. Estatuto, do ângulo da indústria. Sou Ministro da Indústria, o Dr. Galvêas é Presidente do Banco Central. São ângulos, são pontos de vista diferentes. V. Ex^a daí vê uma paisagem, eu, daqui, vejo outra. Não vejo contradição alguma.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Não seria melhor o Presidente do Banco Central do Brasil, o Ministro da Indústria e do Comércio e todos os Ministros terem a mesma óptica do interesse nacional? Do contrário, onde fica o enfoque do Governo?

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Não pode, porque nós não somos fantoches, bonecos ou autômatos. Nós somos homens, com personalidades diferentes, ângulos diferentes, responsabilidades diferentes. Eu, como Ministro da Indústria e do Comércio, tenho um ângulo, o Sr. Ministro da Fazenda tem outro ângulo, V. Ex^a tem outro ângulo. Nós não somos fantoches, esta sociedade não é uma sociedade de bonecos, é uma sociedade de homens livres e responsáveis, não é isto? Agora, o Governo é um Governo uno.

Concordo com V. Ex^a que seria melhor que o Dr. Galvêas e eu tivéssemos dado uma entrevista juntos, simultânea, em que esclarecêssemos mais. Concordo que seria melhor, mas V. Ex^a há de compreender que nós temos responsabilidades e ângulos diferentes. A minha obrigação, inserida no conjunto de Governo, — e eu disse que o meu objetivo claro é inserir o MIC no Governo; o MIC não é um monumento, é instrumento, já disse isto — a minha obrigação é trabalhar para o conjunto do Governo. Mas isto não quer dizer que à custa da personalidade do Ministro da Indústria e do Comércio. Ele estuda o ângulo da indústria, é a sua obrigação.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — V. Ex^a, como Secretário do Estado de Minas, defendeu sempre com correção a descentralização industrial. Adotada a mesma política, e com os meus aplausos, como titular do Ministério da Indústria e do Comércio. Pois bem! Eu sou representante do Piauí do Sul — Santa Catarina —, a região de Imbituba — Laguna, onde temos grandes riquezas minerais, é uma área deprimida economicamente. O Brasil tem problemas com o balanço de pagamentos porque a balança comercial continua e vai continuar no vermelho. E, se nós levarmos em consideração uma das projeções feitas recentemente, vamos chegar em 1984 com um déficit acumulado, na balança comercial, de 40 bilhões de dólares; o balanço de serviços também crescendo extraordinariamente. V. Ex^a faz uma previsão para este ano de 9 bilhões de dólares, mas outros apontam que ultrapassará os 10 bilhões de dólares. Nós, para diminuir esse déficit, temos que exportar, mas subsidiando excessivamente. O Governo concede subsídios excessivos, que as empresas, particularmente as multinacionais, utilizam esse financiamento a 8% ao mês, sem correção monetária, para lançar no open-market, na especulação financeira. É difícil nós aumentarmos as nossas exportações com produtos elaborados, com produtos semi-elaborados. Temos grandes perspectivas através de produtos primários, através do desenvolvimento da agropecuária, de ampliar as exportações, mas não o suficiente. Por outro lado temos possibilidades amplas para a redução das importações, aproveitando as matérias-primas de que dispomos e realizando, simultaneamente, uma política de descentralização industrial. Nós poderemos reduzir a importação dos redutores siderúrgicos, nós poderemos realizar outras reduções e V. Ex^a tem uma posição muito clara na defesa do aproveitamento desses redutores nacionais.

Eu indago a V. Ex^a: o projeto SIDERSUL representa seguramente uma das respostas mais concretas e significativas neste aspecto, podendo representar uma abertura para que o Brasil caminhe para a sua independência siderúrgica. Este projeto, importante para Santa Catarina — e mais — para o Brasil, tem sido exaustivamente examinado por V. Ex^a, pelos demais órgãos afetos ao Ministério da Indústria e do Comércio, e pelas informações que possuímos, os obstáculos apresentados ao projeto — primeiro, de tecnologia, segundo, de carência de recursos e, terceiro, de privatização — estariam superados?

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Sr. Senador Evelásio Vieira, veja V. Ex^a o perigo das palavras. V. Ex^a disse, abrindo a sua segunda pergunta, que eu sou um defensor da descentralização industrial. Usei boa parte do tempo de minha palestra dizendo que eu não falo em descentralização industrial, não persigo isso, falo e persigo a descentralização do crescimento industrial, o que é bem diferente. Veja V. Ex^a como se escorrega em palavras. Por sua vez, V. Ex^a me traz uma coisa extremamente importante e interessante; V. Ex^a, que é Senador do MDB, está unido com o Governo de Santa Catarina defendendo a SIDERSUL. Acho extraordinário isso. Acho extraordinário quando posições partidárias diversas se unem em defesa de interesses coletivos, de interesse estadual, de um interesse regional. De modo que quero cumprimentar V. Ex^a por esse espírito tão brasileiro, tão patriótico, e fico muito satisfeito com isso. V. Ex^a fala do problema da balança de pagamentos, problema de redutores nacionais, problema de tecnologia, finalmente, o problema da SIDERSUL. V. Ex^a me agradou muito quando usou a palavra obstáculo; foi uma palavra exatamente que eu criei para discutir com Santa Catarina o problema da SIDERSUL. Nunca disse que a SIDERSUL tinha impossibilidades ou paredes irremovíveis; disse que a SIDERSUL tinha obstáculos. Relacionei obstáculos, comentei com o Governador de Santa Catarina e com as lideranças catarinenses que os obstáculos ou se saltam ou se remove ou se quebra a perna deles. Então, era o problema de acontecer uma das três hipóteses e cabia à competência de Santa Catarina remover os obstáculos. Vejo que Santa Catarina, com um trabalho paciente, persistente e competente está conseguindo remover os obstáculos. Tenho tido muita satisfação de ver a evolução, nos últimos meses, Santa Catarina, num trabalho muito leal, muito compreensivo com os problemas brasileiros, removendo os obstáculos.

O primeiro obstáculo que citei na ocasião era o da tecnologia. Falava-se, na época, em uma tecnologia de redução direta, partindo de gaseificação de carvão vapor, uma tecnologia ainda nova, ainda não testada em escala industrial e que iria exigir grandes subsídios.

Nesses últimos meses, já houve evolução tecnológica que confirma mais o processo e reduz seu grau de risco, ao mesmo tempo em que Santa Catarina também se adapta a outras tecnologias mais convencionais ao longo da linha de produção. Assim, o obstáculo da tecnologia já está em fase final de solução.

O segundo obstáculo era o de recursos financeiros para começarmos um projeto siderúrgico novo, à medida em que os recursos existentes ou programados são insuficientes para o programa em andamento.

O Presidente Figueiredo disse, em suas diretrizes, e a cada um de seus Ministros e, particularmente a mim, que sou o maior investidor do Governo, que a primeira prioridade era continuar e acabar o começado; que não deveríamos começar nada, sem antes haver garantido recursos para terminarmos as coisas começadas e começar qualquer coisa com plena definição de recursos.

Dentro dessa premissa, é que coloquei em Santa Catarina um obstáculo de recursos, porque Santa Catarina pretendia uma grande participação do Grupo SIDERBRÁS já, no momento; sendo que esse grupo está, no momento, com uma grande deficiência de recursos para o programa iniciado, e em andamento. Este é um capítulo enorme de siderurgia que, por si só, mereceria uma tarde com V. Ex^{as}.

Santa Catarina também se apresta a remover esse obstáculo, não só propondo, através de outras fontes, cobrir os recursos nos primeiros dois anos do projeto, como trazendo maior participação de terceiros. É um obstáculo, também, em fase de remoção.

Há um terceiro obstáculo — e este é sério — é o problema da estatização. O Presidente Figueiredo também não deseja estatizar mais e o projeto SIDERSUL é um projeto, em escala, de empresa privada, é um projeto que poderia ser conduzido por empresa privada.

Então, eu tenho conversado com o Governo de Santa Catarina, no sentido de que a SIDERBRÁS poderá participar do projeto, não este ano e muito pouco o ano que vem, mas poderá participar mais pesadamente a partir de 1981, e Santa Catarina se apresta a colocar o dinheiro inicial e a SI-

DERBRÁS, no final — como eu disse — mas, em posição minoritária, porque o Presidente Figueiredo insiste que os controles acionários de novas empresas em escala desse tipo sejam privados.

Esse é o último obstáculo que eu não sei como Santa Catarina está resolvendo, mas ainda há dois ou três dias atrás, o Secretário Ivan Bonato me disse que estava encontrando uma solução.

De modo que eu acredito, firmemente, que a SIDERSUL é um projeto perto de seu equacionamento final.

Muito obrigado.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Sr. Ministro, sou do MDB, tenho uma posição em favor da iniciativa particular, mas quando ela não tem capacidade ou não tem estímulo em ingressar num empreendimento de interesse nacional, acho correta a presença do Governo, a presença estatal; como também, não sou contra o capital externo, sempre que vigiado aos interesses nacionais.

Pois, bem, V. Ex^a acaba de reafirmar aquilo que nós temos ouvido de outros Ministros, de outras pessoas do Governo: de que o Governo não quer mais estatizar, de que o Governo não tem recursos, é preciso dar continuidade ao que já foi iniciado. Então, digo a V. Ex^a: ontem o Governo decidiu criar a ALCOBRÁS, empresa estatal. Acho que o Governo não errou. Mas, se houvesse carência de recursos, se o Governo não quisesse ir para a área estatal, poderia aproveitar esta grande estrutura da maior empresa nacional que é a PETROBRÁS. Entretanto, o Governo não o fez, preferiu criar mais um órgão estatal e encontrar os recursos necessários.

São essas contradições que nós não entendemos. Veja V. Ex^a estou vendo a maior boa vontade de V. Ex^a em relação ao Projeto SIDERSUL, um projeto que significa redução de importações, desenvolvimento de uma tecnologia nacional e que vem contribuir para a descentralização. Quando falei apenas em descentralização e não falei em descentralização do crescimento é porque eu tenho a honra de estar me dirigindo a um Ministro altamente inteligente de grande percepção e de grande discernimento; falava também para um auditório constituído de pessoas cultas que seria desnecessário dizer que eu estava me referindo à descentralização do crescimento industrial e que me referia também a um crescimento, sem detrimento a esta cidade, a este Estado, mas a um crescimento nacional harmonioso. Foi assim que sempre entendi a postura de V. Ex^a como Secretário do Estado de Minas Gerais e hoje como Ministro da Indústria e do Comércio.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Muito obrigado a V. Ex^a o problema da estatização transcende à esfera de um Ministro, é um problema de filosofia do Governo Figueiredo — e me parece com o apoio da opinião pública brasileira e com o apoio desta Casa. O Presidente Figueiredo, realmente, entende que é hora de não estatizar mais a economia em áreas de acesso ao empresário privado. Por que ele entende isso? Por uma razão muito simples: há escassez de recursos na área do Governo. Se o Governo faz aquilo que o empresário pode fazer, o empresário não fará aquilo que o Governo devia fazer. E o Governo brasileiro não está cumprindo com todas as suas funções de infra-estrutura, não está cumprindo suas funções de educação, segurança e saúde. Ele está sem recursos para suas obrigações elementares e tem, às vezes, desviado estes recursos para coisas que o empresário pode fazer.

O que é importante é a irreversibilidade. Se o Governo aplica seus escasos recursos onde o empresário pode fazer, V. Ex^a não espera que o empresário vá fazer funções que o Governo devia fazer e não está fazendo. Este é o ponto crucial da filosofia.

Quanto à ALCOBRÁS, V. Ex^a terá lido os cabeçalhos das notícias, mas a notícia de hoje parece-me bastante clara; a ALCOBRÁS é um projeto-piloto a ser transferido à iniciativa privada após três anos, testada a sua rentabilidade.

É um projeto-piloto e, conseqüentemente, é uma função de Governo. Quanto à MANDIOCOBRÁS, ainda hoje o Ministro Delfim Netto disse-me que não falou nisso e não sabe de onde saiu. Se este projeto-piloto para a produção de etanol de madeira, em escala adequada para testes finais, demonstrar-se rentável, será imediatamente transferido à empresa privada que prosseguirá no processo. É o que está nos jornais de hoje.

A Comissão Nacional do Alcool, de manhã, aprovou um grupo de trabalho que, nos próximos 15 dias, fará a comparação final entre este projeto-piloto de etanol de madeira e o projeto de cana-de-açúcar.

E a cana-de-açúcar prossegue no seu programa firme de 10 bilhões de litros, não será atingida, em hipótese alguma, por uma eventual nova tecnologia, partindo do etanol de madeira, tecnologia brasileira, desenvolvida pelo MIC, e que será utilizada. Não será mais o projeto de compra de usina na Rússia. É um projeto baseado em tecnologia brasileira; desenvolvida pelo

meu Ministério, partindo de Ministros anteriores, mas com grande sucesso. Far-se-á um projeto-piloto, pelo Governo, mas com a participação do empresário privado, que acompanhará os resultados e, em seguida, assumirá o projeto. É este o equacionamento. Mas ainda assim não está definido. Nos próximos 15 dias o Conselho Nacional do Alcool apreciará esses estudos para a decisão final. Acho que esclareci o Senhor.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — A Presidência adverte que o meu tempo está esgotado. Mas vou fazer ainda rapidamente uma pergunta a V. Ex^a.

Os subsídios para o carvão-vapor, riqueza nossa, são de 90%. Para o óleo combustível, que importamos, os subsídios são de 50%. Gostaria de ouvir a manifestação de V. Ex^a a respeito de subsídios.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — O Governo Figueiredo pretende reduzir gradativamente os subsídios existentes, para tornar a economia mais real. Nós já aumentamos o óleo combustível, como V. Ex^a sabe, em 50%. O protocolo assinado com a indústria de cimento para a substituição do óleo combustível por carvão do Sul prevê, também, o fornecimento de carvão sem o subsídio. De modo que isso será a grande riqueza para Santa Catarina. Pode estar certo disso. Muito obrigado. Gostei muito do debate.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Sr. Ministro, um apelo: sou da Oposição e, em Santa Catarina, o Governo é da ARENA. Ajude Santa Catarina, ajude a implantar esse projeto SUDERSUL. Se isso não acontecer, se for retardada a implantação desse projeto, a ARENA vai perder as próximas eleições. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Chaves.

O SR. ALOYSIO CHAVES (ARENA — PA) — Sr. Ministro João Camilo Penna, V. Ex^a fez uma exposição geral ao Senado, que o ouviu com muita atenção e respeito, sobretudo pelas colocações lúcidas dos temas de ordem geral que foram abordados nessa exposição.

V. Ex^a a dividiu bem em duas partes; na primeira teceu considerações de caráter geral, sobretudo enfocando esses dois problemas que hoje preocupam todo o País: o da desconcentração do crescimento econômico e, em particular, a desconcentração do crescimento industrial, para favorecer outras regiões, e o problema energético.

No breve espaço de tempo que o Regimento desta Casa me assina, vou formular a V. Ex^a três indagações; uma, também, de ordem geral e duas relacionadas com a Região Norte, que tenho a honra de representar, nesta Casa, através do Estado do Pará.

Sr. Ministro, a atividade comercial congrega, hoje, perto de 950 mil empresas, das quais cerca de 95% enquadram-se na categoria de pequenas e médias unidades. Desnecessário seria dizer o que isso representa em termos de absorção de mão-de-obra, de interiorização do desenvolvimento e da formação da renda regional.

Na Região Norte a atividade comercial tem representado, nos últimos anos, em torno de 24% da renda total. Cabe ao Ministério da Indústria e do Comércio, como se sabe, a implementação e a coordenação das políticas industrial e comercial.

Gostaria de saber de V. Ex^a o que tem sido desenvolvido no MIC no sentido de dinamizar o comércio interno brasileiro, quando esse Ministério tem, como principal órgão voltado para esse fim, o Conselho de Desenvolvimento Comercial que, criado em 18 de julho de 1969, há mais de 10 anos, portanto, nunca exercitou, de fato, suas atribuições básicas, não tendo seu plenário jamais se reunido.

Esta é a primeira indagação que faço a V. Ex^a

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Muito bem, Senador, o Ministério da Indústria e do Comércio foi o Ministério que o Presidente Figueiredo pediu-me que assumisse, frisando muito a palavra Comércio, no dia em que ele me fez o convite inicial. Sua Excelência disse-me da sua preocupação com o Comércio, e que eu realmente buscasse entender o problema do setor.

O Comércio, em grande parte da opinião pública brasileira, é um agente que onera custos entre a produção e o consumo. Até hoje, na opinião pública brasileira, não se deu ao Comércio o devido valor. Por sua vez, era natural que na cronologia da vida do MIC se desse uma primeira prioridade à Indústria, que é um fator de produção. Mas, concordo com V. Ex^a que, decorridos 10 anos da criação do Conselho, já era hora do MIC pensar em Comércio. Por isso, logo que cheguei ao MIC, convidei representantes das grandes federações brasileiras de comércio para conversarmos sobre o assunto, dentro de um princípio de co-responsabilidade. Nos últimos meses trabalhamos inten-

samente, junto com o Senador Jessé Pinto Freire, com o Dr. Ruy Barreto, Dr. Luiz Antônio, Presidente dos Lojistas e vários presidentes de associações comerciais estaduais, assim como diversas lideranças específicas, ao lado de especialistas de diversos órgãos do Governo, buscando entender qual poderia ser a ação do Governo no sentido de tornar o Comércio contemporâneo com o Brasil novo, sem estatização. E, nesses três meses, conseguimos, com muitos debates, discussões e reuniões, além de muitas referências com outros países do mundo, produzir um documento importante que, por coincidência com a sua pergunta, levei ontem em despacho ao Presidente João Figueiredo, tendo Sua Excelência aprovado ainda ontem. Aliás, *O Estado de S. Paulo*, de hoje, publica uma notícia sobre o assunto, que V. Ex^a poderá ver detalhes. Nós preparamos um documento que propõe a institucionalização sobre o CDC revitalizado de alguns mecanismos, com participação do Governo e da empresa comercial, no sentido de tomar uma série de medidas que permitam ao Comércio, como eu disse, tornar-se contemporâneo com o Brasil novo e cumprir o seu papel de agente eficiente entre a produção e o consumo.

Esses mecanismos começam, inicialmente, com a legislação. Estamos nos propondo, primeiro, a uma consolidação da legislação existente; segundo, a uma busca de atualização dessa legislação, no sentido de torná-la mais coerente com a necessidade de um comércio eficiente. Esse capítulo de legislação é muito importante e, para isso, precisaremos muito desta Casa. Nós temos um trabalho muito importante, na área de juntas comerciais e registros de comércio a fazer. Temos também um trabalho importante a fazer, em matéria de crédito comercial, para investimento, e capital de giro. Até hoje, no Brasil, não há política de crédito comercial; temos crédito industrial, crédito agrícola, mas não temos crédito comercial; grande parte do crédito comercial é crédito pessoal e o BNDE vai trabalhar nesse campo.

Temos uma área grande de trabalho, em formação profissional de homens para o comércio; no Brasil temos escola para quase tudo, mas não temos escola para comerciantes, digamos assim. Temos, portanto, um grande trabalho de formação de comerciantes e de auxiliares, com trabalho de treinamento; temos um trabalho de estatística de fluxos, para orientar comerciantes em seus processos; temos um trabalho grande na área de embalagens e mercadologia, bem como na área de relações comerciais com o consumidor. Sobre isso temos que preparar uma legislação completa de relações comerciais com o consumidor, não para proteção ao consumidor como se fala, mas para cuidar dos interesses do consumidor junto ao comércio. Vamos, portanto, precisar muito desta Casa com relação a essa legislação.

Enfim, relacionamos uma série de programas que vão ser executados, agora, rapidamente. Acho que, desta vez, o Comércio vai ter no Ministério da Indústria e do Comércio um canal de contato com o Governo e um canal que vai produzir uma série de medidas para tornar o Comércio eficiente com relação à produção e consumo, e não um canal que onere custos, como a opinião pública pensa.

O SR. ALOYSIO CHAVES (ARENA — PA) — Sr. Ministro, fico muito satisfeito com essa informação de V. Ex^a, porque realmente mencionamos sempre Ministério da Indústria e do Comércio, mas cuidamos da Indústria e nos esquecemos do Comércio. O que ocorreu durante muito tempo com o Ministério da Educação e Cultura: cuidávamos da Educação, que é realmente um problema extraordinário para este País, e nos descuidávamos, freqüentemente, da Cultura.

No caso da Região Norte, daí o meu interesse particular em formular essa pergunta a V. Ex^a, como acabei de mencionar, a atividade comercial representa 24% da renda global da região, em que há um incipiente desenvolvimento industrial, e para onde se espera que o País volte, dentro dessa política equilibrada de crescimento industrial, as suas atenções imediatas.

Logo, a Região Norte depende, em grande parte, dessa atividade comercial, da exportação do comércio que faz de seus produtos do setor primário.

Portanto, as explicações que V. Ex^a acaba de dar ao Senado e ao País, das atenções que se concentram agora também na atividade comercial, parece-me que são muito alvissareiras.

Sr. Ministro, V. Ex^a também abordou — e tomei algumas notas — a desconcentração do crescimento industrial, do mecanismo de uma política industrial, mediante incentivos creditícios, incentivos fiscais e incentivos de infra-estrutura, todos visando à maior regionalização da economia. Para nós, esta preocupação é realmente muito grande, porque — como V. Ex^a sabe — o Governo pretende transformar a Região Norte em um grande pólo industrial, sobretudo para a indústria de alumínio, neste País. Medidas concretas já foram adotadas. Há estudos bastante desenvolvidos para a criação de um setor da indústria siderúrgica em Marabá, mormente para a utilização do ferro e do manganês de Carajás.

De sorte que a minha segunda pergunta a V. Ex^a está concebida nestes termos:

Quais as diretrizes que o Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI, deverá adotar com vistas à desconcentração do crescimento industrial em direção ao Norte e Nordeste?

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Nobre Senador, há poucos dias fiz duas conferências em São Paulo: uma, no Seminário promovido pelo Secretário de Indústria daquele Estado, sobre o problema de indústria; a segunda, no recente Seminário sobre a SUDENE. Se V. Ex^a me permite, vou enviar-lhe cópia das duas conferências, porque abordam, longamente, a resposta à sua pergunta.

Responde, rapidamente, à sua indagação. Tenho estado muito com o Ministro Mário Andreazza. S. Ex^a é um leão, digamos assim, na defesa dos interesses do Norte e Nordeste. É curioso, porque ele é um homem do Sul que está com empenho imenso na melhor distribuição de renda regional do País, particularmente para o Norte e o Nordeste.

Em 19 de outubro comparecerei também a uma reunião da SUDENE, em Recife, quando falarei sobre o assunto, juntamente com o Ministro Mário Andreazza.

O primeiro mecanismo, como disse, é aquele da decisão política irreversível do Presidente João Figueiredo, que não abre mão de, ao terminar o seu Governo, ver alterado o perfil regional de renda do País. O Presidente João Figueiredo tomou a decisão política, inapelável.

Na minha palestra — não sei se V. Ex^a ouviu — falei das várias razões que recomendam e exigem a desconcentração do crescimento.

Também há uma decisão administrativa a nível dos Ministros. Isso é importante, é uma questão de atitude.

Do ponto de vista de mecanismos reais, de mecanismos duros, temos, em primeiro lugar, um trabalho intenso e extenso, que o CDI vai conduzir — pretendo, e creio que terei recursos financeiros para o empreendimento — de estudos de oportunidades reais de cada Região.

V. Ex^a mesmo acaba de citar oportunidades reais do Pará para a siderurgia, etc. Estaremos produzindo uma série de estudos macros, para podermos realmente convencer-nos de realidades locais de cada região.

Na última reunião do CDE, ficou claramente definido que os programas de infra-estrutura do Governo serão, em grande parte, destinados às regiões menos desenvolvidas, com uma completa reversão do quadro atual, porque, hoje, grande parte dos investimentos do Governo está concentrada nas regiões desenvolvidas. O presidente Figueiredo determinou que, nos Orçamentos Plurianuais de Investimentos, os investimentos do Governo sejam, em muito maior nível, destinados às regiões de menor renda — é o segundo mecanismo duro.

O terceiro mecanismo duro, ligado diretamente ao CDI, e administrado pelo MIC, é o mecanismo de incentivos fiscais e creditícios sobre capital e trabalho.

Na minha proposição, que está em debate final no seio do Ministério, haverá incentivos bastante grandes sobre capital e trabalho para regiões menos desenvolvidas, e incentivos nulos para regiões mais desenvolvidas. É mecanismo bastante eficiente, porque os números colocados são bastante grandes.

Então, com a decisão política do Presidente Figueiredo — a desconcentração do crescimento — e com a decisão administrativa dos seus Ministros, que estão coerentes nesse sentido, com a decisão formal de investimentos maiores nas regiões menos desenvolvidas, inversamente ao que se passa hoje, com mecanismos duros de incentivos fiscais e creditícios ligados a capital e trabalho, com grande incidência de regionalização, esse conjunto, certamente, permitirá, gradualisticamente, a mudança do perfil regional brasileiro.

V. Ex^a pode ter bastante confiança nisso.

O SR. ALOYSIO CHAVES (ARENA — PA) — Pois não, Sr. Ministro, mesmo porque, em alguns casos, V. Ex^a faz estudos macros para viabilizar justamente esse processo de desconcentração do crescimento industrial.

Com relação à Região Norte, já temos estudos concluídos e decisões tomadas, no que concerne à implantação desse Pólo de Alumínio que, através da ALBRÁS e ALUNORTE, deverá localizar-se na região de Barcarena.

As explicações de V. Ex^a são inteiramente convincentes.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Os grandes projetos ligados à energia elétrica do Vale Amazônico serão conduzidos — há uma decisão firme do Governo nesse sentido — e grande parte sob a figura de BELFIE, para exportação. É uma decisão firme.

O SR. ALOYSIO CHAVES (ARENA — PA) — Concluo esta minha intervenção, formulando uma terceira indagação a V. Ex^a.

Uma medida concreta foi adotada pelo Governo, através da Comissão Nacional de Energia, mediante sugestão do MIC, com vistas à redução do consumo de derivados do petróleo na indústria cimenteira. V. Ex^a já abordou este assunto na sua exposição, mas o fez de maneira sintética. De sorte que indago quais os outros setores industriais que teriam tratamento semelhante?

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Sr. Senador — como já dissemos — não vamos substituir a base do consumo atual dos derivados de petróleo. Estamos preocupados em substituir o crescimento de agora em diante. Os programas de álcool para a gasolina atendem — digamos — em termos de 84/85, a 30% do consumo previsto de gasolina. Estamos interessados em substituir também 30% do óleo combustível, e 30% do óleo Diesel, no equilíbrio da coluna. É mais ou menos a meta mínima prevista nos próximos quatro, cinco anos, porque — como dissemos — poderá ser acrescida à medida em que fatos novos recomendem que se acresça essa meta.

Então, o programa do óleo combustível, na base de 30%, com ele abrangendo dezenas de milhares, talvez centenas de milhares de indústrias em todo o Território Nacional, torna-se extremamente difícil atacar-se todo o espectro industrial.

Assim, o Governo decidiu — sabiamente, a nosso ver — primeiro substituir na indústria de cimento, que representa 20% do consumo do óleo combustível. Como estamos atacando o cimento apenas no Sul e Sudeste, não pretendemos fazer a substituição no Nordeste nem no Norte, porque essas Regiões estão longe do carvão do Sul, isso representa perto de 15%.

O Protocolo do Cimento, já assinado, permite substituir cerca de 15% do óleo combustível que se consumirá no Brasil daqui a poucos anos. Esses 15% já é referido para daqui a três anos. Em seguida, deveremos, ainda em outubro, assinar um contrato semelhante com a indústria siderúrgica. Ainda ontem tivemos uma reunião com o CONSIDER, a SIDERBRÁS e o Instituto de Siderurgia, que representa empresas privadas. Já se definiu a data de 15 de outubro para a redação final do contrato a ser assinado e, em seguida, ser submetido à Comissão Nacional de Energia. Por conseguinte, ainda em outubro assinaremos um contrato idêntico com a siderurgia que representa, digamos, 5% do consumo do óleo combustível.

O terceiro setor, com o qual vamos, agora, iniciar as negociações, é o de vidros, cerâmicas, refratários, também um grande consumidor.

O quarto é o setor de indústria química, e dentro da própria PETROBRÁS.

Com esses quatro setores teremos atingido uma economia maior do que 30% do óleo combustível. Atendida essa meta, se necessário, conseguiremos em outros setores; se não necessário, os outros setores terão óleo combustível livre.

O SR. ALOYSIO CHAVES (ARENA — PA) — Agradeço a V. Ex^a, Sr. Ministro.

Para o Senado, a presença de V. Ex^a, como a de outros Ministros, é uma oportunidade excelente para o debate de problemas que estão colocados na ordem do dia e preocupam a todos nós, sobretudo pela maneira como os assuntos são encaminhados; pela informação exata, no momento oportuno, pela informação certa, fidedigna que V. Ex^a traz a esta Casa, evitando, muitas vezes, que versões nem sempre verdadeiras possam ter eco neste País.

Congratulo-me com V. Ex^a e com a Liderança da maioria desta Casa, na pessoa do Senador Jarbas Passarinho, que sugeriu a presença do Sr. Ministro no Senado, para expressar estas importantes informações à Nação. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Eu é que agradeço a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Antes de conceder a palavra ao próximo orador, o Senador José Richa, a Presidência suspenderá a sessão por alguns minutos, para um rápido descanso do Sr. Ministro Camilo Penna.

Está suspensa a sessão.

Suspensa às 16 horas e 50 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Richa.

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR) — Sr. Ministro, já que fomos liberados para tratar aqui de assuntos os mais variados, desde que dentro do seu setor, nós escolhemos o café para conversar com V. Ex^a

Eu tinha preparado umas perguntas, mas como só dispomos de 10 minutos para as interpelações, vou me restringir primeiro a fazer as perguntas dos

cafeicultores reunidos sábado, em Londrina, todas as lideranças da cafeicultura do Estado do Paraná, numa mesa redonda, programada pela Sociedade Rural do Paraná e pela Associação Paranaense dos Cafeicultores, com a presença de todos os presidentes de cooperativas e demais entidades interessadas no setor; com a presença, ainda, de conceituadas lideranças da cafeicultura do Estado de São Paulo, tais como o Presidente da Sociedade Rural Brasileira, o ex-Presidente do IBC, Jaime Miranda, que hoje, preside o Sindicato de Cafeicultores da região de Franca; da cooperativa, também, da zona de Franca; o Presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Cafeicultura, Joaquim Álvaro Pereira Leite; com a presença, portanto, de tantas e tão conceituadas lideranças da cafeicultura. Após longas horas de debates, eles concluíram por um documento que está sendo enviado às autoridades executivas — certamente V. Ex^a há de receber um exemplar. Mas, eu já me permitiria, portanto, antecipar isto que V. Ex^a vai oficialmente receber e se, depois disso, houver algum tempo, farei algumas perguntas que são minhas mesmas.

A primeira questão que eu gostaria de saber a opinião de V. Ex^a diz respeito à primeira reivindicação dos cafeicultores, que é a eliminação gradual do confisco cambial, visando a sua extinção, simultaneamente com a elevação dos preços de sustentação. Eu gostaria, ao colocar esta pergunta para apreciação de V. Ex^a, dizer que, logo depois da geadada, tive oportunidade, aqui, nesta Casa, de fazer uma solicitação: a de que, considerando a descapitalização do setor e considerando que era preciso, portanto, haver um repasse maior de recursos à cafeicultura, seria prudente que o Conselho Monetário Nacional, que estava prestes a se reunir, estipulasse uma espécie de congelamento do confisco cambial que, àquela altura, estava em cerca de 70 dólares por saca de café, se não me falha a memória.

Entretanto, de lá para cá, — e veja V. Ex^a que decorreram mais de 100 dias — o que houve foi exatamente o contrário: o confisco de 70 passou para 143 dólares em cada saca de café. E, naquela ocasião, tive a oportunidade de prevenir o que já era comum se aperceber, sobretudo na faixa de fronteira Paraná — São Paulo — Mato Grosso com o Paraguai, onde estava havendo — como sempre houve — contrabando de café.

Segundo a minha teoria, se o confisco fosse elevado substancialmente, isso em nada iria ajudar, nem ao Governo, muito menos ao País e, muito menos ainda, aos cafeicultores, porque quem ia se beneficiar com isso seriam os contraventores, porque o contrabando de café iria aumentar substancialmente.

Foi exatamente o que aconteceu e, tanto isso é verdade, que o volume de contrabando, hoje, já é bastante evidente e preocupador.

Folgou-me muito saber, inclusive, uma opinião de V. Ex^a, há poucos dias, quando li nos jornais que, interpelado sobre o problema específico do contrabando de café, V. Ex^a fazia referência a que esse contrabando se devia em grande parte ao fato de o confisco cambial sobre o café estar tão elevado.

Fiz estas considerações mas, o que interessa, aqui, não é saber a minha opinião, que a Casa já conhece por demais. Gostaríamos de saber a opinião de V. Ex^a sobre este assunto.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Muito bem, Senador, o tema é importante e é o tema da Ordem do Dia, não é isto? A cota de contribuição...

O SR. JOSÉ RICHIA (MDB — PR) — Bom, esse é um eufemismo que todos os homens de Governo gostam, mas eu prefiro continuar falando em confisco cambial.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — A cota de contribuição a que me referi, quando eu falava sobre contrabando — não usei outra expressão a não ser a cota de contribuição — é um mecanismo de defesa de preços no mercado internacional. Esta é que é a razão básica da cota de contribuição. O drama do café que o IBC e o Governo brasileiro vivem é um drama de mercado internacional, onde temos países com problemas muito diferentes do problema brasileiro e que, conseqüentemente, têm políticas diferentes.

V. Ex^a entende bem de café, mas talvez nem todos conheçam bem. O caso mais clamoroso de uma política diferente de café em relação a nossa é o caso da Colômbia. A Colômbia é um grande produtor de café, como V. Ex^a sabe, e ela tem uma situação cambial exatamente oposta da brasileira. Eles têm um grande superávit comercial; eles têm reservas maiores do que a dívida, e têm um câmbio negro 30% inferior ao câmbio oficial. É uma política exatamente oposta; eles têm excesso de divisas, têm superávit comercial, têm a reserva maior do que a dívida e têm o câmbio negro 30% abaixo do câmbio oficial. Então, a Colômbia, grande produtora de café, conduz uma política de café de volume e não de preço. O problema dela é comprar o café, no mercado interno, e exportar a qualquer preço, porque divisa não lhe interessa. Pelo con-

trário, divisa para a Colômbia é inflacionária: vai aumentar as reservas e pressionar a inflação externa.

Então, temos, como caso extremo, a Colômbia, uma grande produtora de café, com a política inteiramente oposta à nossa. É um problema extremamente sério. Além disso, como V. Ex^a sabe, o mercado de café, em alguns países, é controlado por algumas poucas distribuidoras de café, algumas *trading* de café que têm uma presença muito importante no processo.

Por sua vez, com a falta de divisas, no mundo inteiro, porque a maioria dos países do mundo, hoje, está com problemas também de divisas, de balança de pagamento, por problema de petróleo e outros, a maioria dos países, hoje, está reduzindo suas importações.

Então, o País já sofreu bastante, com políticas de preços, sob certo aspecto, que o levaram à redução de consumo — nós perdemos o mercado americano, como V. Ex^a sabe. O Brasil tinha uma grande fatia do mercado dos Estados Unidos e hoje, tem uma pequena fatia do mercado dos Estados Unidos. Por sua vez, o consumo interno brasileiro é um consumo estagnado há algum tempo — como V. Ex^a sabe —, o País cresce, cresce, e o consumo de café, no mercado interno, é estagnado, em parte, devido ao que chamam alto preço do café no mercado interno. Temos, então, o mercado interno estagnado e temos um mercado externo em que temos uma extrema dificuldade de defesa de preços.

O IBC conseguiu, neste ano de 79, resultados acumulados, até agosto, muito bons em matéria de preços, por saca. Saímos de um preço em janeiro, deste ano, de 158 dólares por saca para um preço de 200 dólares por saca, no longo de 7 meses. E já estamos com exportação bruta acumulada, em 30 de agosto, de 1 bilhão e 300 milhões de dólares, permitindo prever que chegaremos à meta de 2 bilhões e 200, prevista para o ano.

A cota de contribuição, segundo todos os analistas de café, é o mecanismo de sustentação básico de preço, ou seja, à medida que a cota de contribuição fosse anulada, teríamos uma enorme queda no preço internacional do café, porque, neste momento, os cafeicultores venderiam o café.

Então, o que fizemos no sentido da defesa do café? Em 1º de julho deste ano, conseguimos alterar o preço de garantia de Cr\$ 2.250,00 para Cr\$ 3.000,00. E o financiamento de 50% para 60%. E passamos, em 1º de julho, de um financiamento de 50% sobre Cr\$ 2.250,00, ou seja, Cr\$ 1.125,00, para um financiamento de 60% sobre Cr\$ 3.000,00, ou seja, Cr\$ 1.800,00. Ou seja, em 1º de julho, o financiamento passou de Cr\$ 1.125,00 para Cr\$ 1.800,00, com aumento perto de 50%.

Por sua vez, atendendo a um grande clamor e reclamo dos cafeicultores brasileiros, aumentamos recentemente o financiamento de 60 para 80%, ou seja, estamos financiando hoje, com juros de 15% ao ano, Cr\$ 2.400,00 por saca de café.

E, numa política inédita na política cafeeira brasileira, já garantimos o preço para 1º de janeiro e para 1º de abril. O preço de garantia para 1º de janeiro está fixado e é conhecido, e o preço de garantia de 1º de abril, hoje, está fixado e é conhecido, com boas margens de aumento.

Então, estamos financiando 80% do preço de garantia, Cr\$ 2.400,00 por saca, a 15%, e já demos preços de garantia para 1º de janeiro e para 1º de abril; Cr\$ 3.000,00, agora Cr\$ 3.800,00 em 1º de janeiro e Cr\$ 4.200,00 em 1º de abril. Já demos uma garantia à frente, o que é uma coisa inédita na política cafeeira.

Então, hoje, o cafeicultor tem um financiamento de Cr\$ 2.400,00, por saca, que é mais do que o custo de produção, como sabe V. Ex^a; tem um preço de garantia fixado para 1º de janeiro, um preço de garantia fixado para 1º de abril. A cota de contribuição, segundo os grandes entendidos de café — eu não o sou, estou usando consultores nisso — é fundamental na sustentação do preço. Qualquer redução da cota de contribuição levaria a uma queda no preço, no mercado internacional. Esse o problema.

O SR. JOSÉ RICHIA (MDB — PR) — Não partilho muito dessa opinião de V. Ex^a. Acho que existem outros mecanismos de defesa de preço tão eficazes quanto a cota de contribuição, como V. Ex^a gosta de chamar, ou o confisco cambial, como acho que é a expressão mais correta.

Veja bem V. Ex^a — e as conseqüências estão aí — o problema social, sobretudo, e este, a meu ver, é problema mais grave. Eu dizia, inclusive, nessa reunião de sábado, lá em Londrina. Eu eventualmente sou, neste instante, partidário da defesa dos interesses dos cafeicultores, porque chegou um momento tal que a não defesa dos interesses dos cafeicultores é a própria não defesa dos interesses nacionais; porque chegou a um ponto tal que é perfeitamente conciliável o interesse dos cafeicultores com os interesses nacionais. Pois não é mais possível, Sr. Ministro, percebermos o que está lá ocorrendo — uma erradicação tremenda. Hoje, o nosso parque cafeeiro está praticamente pela metade; em 15 anos conseguiu-se reduzir à metade, e ainda com um agra-

vante: o de que isto foi feito muito rapidamente; o café — como V. Ex^a sabe — ele socializa muito mais do que qualquer outro produto, sobretudo, da agricultura, os seus benefícios, e emprega um grande volume de mão-de-obra. Então, essa rapidez com que passamos à monocultura do café, sobretudo, para a monocultura da soja, que é o caso do meu Estado, que posso falar com um pouco mais de conhecimento de causa, se eu analisar o fenômeno paranaense; mas, que em última análise, parece-me que é quase 50% do problema nacional. Então, estão lá as conseqüências: cerca de um milhão de bóias-frias, e a erradicação continua, violentamente.

O maior termômetro para se aferir a política de desestímulo adotada pelo Governo, nestes últimos anos, foi a erradicação espontânea, porque aquela erradicação programada pelo Governo, para chegar aos limites desejáveis de não haver excedentes de produção, foi de cerca de um bilhão e quatrocentos milhões de pés de café. Entretanto, chegamos a quase outro tanto disso, em erradicação espontânea. Esse é um fato que por si só deveria merecer uma análise muito mais profunda e menos gananciosa — vamos dizer assim — por parte do Governo, porque alguma coisa está errada, quando isto começa a acontecer. E o fato mais grave dessa erradicação espontânea, que chega a um volume extraordinariamente grande, é exatamente a liberação de mão-de-obra. Quer dizer, essa mão-de-obra está gerando problemas sociais os mais terríveis.

Portanto, como instrumento de defesa do preço do café, não precisaríamos necessariamente ter o confisco, sobretudo a esses níveis tão elevados. Poderíamos, simultaneamente, ir baixando o confisco cambial e elevar-se-ia, na mesma proporção, o preço de garantia, e este seria o instrumento que poderia contrabalançar, perfeitamente bem, a necessidade de o País defender o preço/ouro do café; e simultaneamente, pois seria um mecanismo todo ele combinado; quer dizer, reduz o confisco, aumenta o preço de garantia, aumenta o financiamento, as bases de financiamento, como V. Ex^a já disse que se elevou para 80%, e com isto nós estamos satisfeitos; entretanto, esse preço de garantia ainda precisaria ser elevado.

Quanto às reivindicações, V. Ex^a já adiantou o que seria a segunda reivindicação da cafeicultura, que seria a antecipação desse preço de 1º de abril de 1980, que é de Cr\$ 4.200,00, para 1º de outubro de 1979, que seria Cr\$ 4.200,00, como preço bruto de garantia, que daria um líquido de Cr\$ 3.500,00. Parece-me que isso seria o razoável; combinado com o financiamento, com base em 80% sobre esse novo preço de garantia, nós teríamos um instrumento tão eficaz, na defesa do preço/ouro do café, quanto ao confisco cambial. Entretanto, seria um reconhecimento do Governo de que o setor já não tem mais condições de agüentar tamanha ganância confiscatória, porque a continuar dessa maneira, sobretudo com o estímulo que se deu paralelamente, nesse instante, à soja, é evidente que o brasileiro tem um raciocínio muito imediatista, mas nós, homens públicos, temos que ter uma visão muito mais aberta, com uma perspectiva de um prazo maior, bem mais dilatado. Então, não poderemos deixar que isto aconteça: que tendo saído da monocultura do café, cheguemos à monocultura da soja, com graves conseqüências. V. Ex^a mesmo acabou de dizer que, este ano, a previsão para o café é de 2.200 milhões de dólares, mas com esses preços é capaz até de chegar a dois bilhões e meio de dólares, em termos do que vamos conseguir lá fora, com as exportações de café. O soja não nos dá a mesma segurança que o café vem nos dando há mais de século. Quer dizer, o café é um produto que nos dá segurança, em termos de pauta de exportações; o soja não nos dá a mesma segurança. Por quê? Porque sendo o café produzido apenas por países subdesenvolvidos, e sendo o Brasil o mais importante dos produtores, tanto pode ele reduzir a sua produção como pode aumentar, porque tem território para isto, e subjugar, inclusive, os demais países produtores.

V. Ex^a fez referência ao fato da Colômbia estar exportando a qualquer preço. Realmente, isto é verdade. Entretanto, veja V. Ex^a que, nestes anos, o Brasil perdeu um potencial extraordinário de força política, que eram os estoques de café, e que dão margem, agora, sem estoques e sem perspectivas de grandes produções, nos próximos anos, dão margem, realmente, a que a Colômbia e outros países ganhem maior expressão política no mercado cafeeiro.

Então, não partilho desta opinião de V. Ex^a, de que o confisco cambial é instrumento de defesa de preço. É, realmente é, mas não é o único, e é preciso saber dosar, e esta era a oportunidade perfeitamente viável para se reduzir o confisco, acionando outros mecanismos de defesa do preço/ouro do café, tendente a não desestimular de tal maneira, como está sendo, neste instante, desestimulada, a produção cafeeira no Brasil.

Portanto eu gostaria, Sr. Ministro, *data venia*, não vamos continuar debatendo por muito tempo esta questão, mas eu gostaria que V. Ex^a meditasse — e como V. Ex^a é o responsável pela autarquia que executa a política cafeeira — pois V. Ex^a como Ministro tem assento no Conselho Monetário, nós

gostaríamos que V. Ex^a fosse o defensor deste importante item da nossa pauta de exportações, de tal maneira, que o café pudesse continuar sendo um instrumento poderoso formador de divisas e não correndo o risco, como estamos nesse instante, de ver, praticamente, esta atividade desaparecer nos Estados produtores do Sul do País.

Então, a segunda reivindicação seria esse pedido de antecipação do preço de garantia, do que vai vigorar a partir do dia 1º de abril de 1980, para o dia 1º de outubro de 1979. Portanto, seria a antecipação dos 4.200, de abril, para agora. Essa seria a segunda reivindicação. Gostaria de saber a opinião de V. Ex^a.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Ouvi com muita atenção, Senador, os pontos abordados por V. Ex^a que, certamente, é um grande conhecedor de café e com experiência, talvez, muito mais longa do que a minha, que sou Ministro há poucos meses, mas sou mineiro, também antigo estudioso principalmente dos problemas do café, em Minas Gerais. V. Ex^a comenta que a cota de contribuição é um mecanismo de defesa de preços. Sim, mas não é o único mecanismo, de acordo, não há dúvida sobre isto. Entretanto, é um mecanismo que não onera no orçamento monetário, do ponto de vista de tornar a conta-café deficitária. Nós temos, hoje, uma conta-café deficitária devido aos níveis de financiamento de 80% e devido aos créditos a 15% de juros. Nós estamos com uma conta de café deficitária e foi com uma extrema dificuldade que eu, como Ministro da Indústria e do Comércio, defensor dos interesses dos cafeicultores e do café, consegui aumentar os preços de garantia para três mil, fixar desde já, para janeiro e abril, em três e oitocentos e quatro e duzentos e, após muitos anos, consegui aumentar o financiamento de sessenta para oitenta por cento. Então V. Ex^a...

O SR. JOSÉ RICHIA (MDB — PR) — Então V. Ex^a me permita um reparo. V. Ex^a está afirmando, com a responsabilidade de Ministro, que a conta-café atualmente é deficitária!

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Sim. A conta-café é deficitária.

O SR. JOSÉ RICHIA (MDB — PR) — Eu não posso compreender...

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — A conta-café é deficitária.

O SR. JOSÉ RICHIA (MDB — PR) — Eu não posso compreender nem concordar com esse argumento de V. Ex^a. Eu realmente, não fui verificar a conta-café, mas, em 1968, eu tenho absoluta certeza, a conta-café tinha um *superavit* de três bilhões de dólares.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Sim. Ela teve um *superavit*.

O SR. JOSÉ RICHIA (MDB — PR) — E na época, Sr. Ministro, nós tínhamos mais de 60 milhões de sacas de café estocados, estoque este pago, de propriedade do Governo e pago com os recursos da conta-café. Então, eu não posso compreender como é que tendo conseguido a conta-café formar um estoque de 60 milhões de sacas, ainda apresentar um *superavit* de três bilhões de dólares, e nestes últimos dez anos, em que não houve uma saca de excedente, pelo contrário, a prova disso é que precisamos lançar mão de quase todo esse estoque para atender à demanda, o consumo interno mais exportação, ora, se esse estoque já estava pago e foi vendido pelo Governo, a conta-café só tendeu a aumentar, não posso compreender como é que essa conta-café pode estar hoje deficitária.

Veja bem V. Ex^a, a conta-café é uma conta contábil como outra qualquer, onde se contabilizam as receitas e as despesas. O que forma a receita da conta-café? São os estoques do IBC, que são vendidos, então vão ser contabilizados nessa conta. O que sai como despesa dessa conta? São as despesas administrativas da autarquia — sei que ela é muito gastadora, acho que V. Ex^a até deveria colocar um ponto final nisso, porque os cafeicultores estão muito pobres para entrar em agências tão suntuosas. O que é contabilizado como despesa na conta-café são as despesas administrativas do IBC, para a política de execução cafeeira e mais o diferencial de juros dos financiamentos subsidiados. Então, não é possível que apenas isso tenha consumido todo o saldo da conta-café.

V. Ex^a há de convir comigo que essa conta-café está merecendo é uma comissão de inquérito lá dentro, porque alguém está informando mal a V. Ex^a.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — V. Ex^a me permita esclarecer sem interrupções, porque não o interrompi. A conta-café, vista num longo prazo, possivelmente, ela seria *superavitária*, como V. Ex^a disse. Refiro-me a conta de fluxos correntes. Devido, exatamente, a um processo inflacionário de 50%, digamos assim, de financiamento a juros negativos há realmente um grande problema na conta-café, que é agravado pela conta do PROAGRO, que, como V. Ex^a sabe, transfere os recursos do café vendido pelo IBC para uma

conta geral de agricultura. Então, com o financiamento elevado para 80% e com os pesadíssimos subsídios do sistema financeiro para o café e devido a existência do PROAGRO, sem contar saldos anteriores — estou falando da conta de fluxos, conta corrente no ano — temos um problema sério. Por esse motivo é que, com extrema dificuldade, consegui levantar o financiamento a 80% e V. Ex* há de convir que é realmente um alto nível de financiamento.

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR) — Sim, mas sobre um preço de garantia baixo, ele deixa de ser um alto nível.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Eu não diria baixo, porque ainda há uma boa margem de lucro, e V. Ex* também há de convir que o café é o produto agrícola que teve a maior alta de preços, nos últimos anos — fazendo uma série histórica de 5 anos, por exemplo, teve uma grande alta — e V. Ex* sabe disso. Então, realmente, não é o café, na área agrícola, o produto que está em maior dificuldade. É minha obrigação defender ao máximo o café, e eu o faço, mas, também, sou membro de um Governo que tem outros problemas de ordem monetária, de ordem de equilíbrio orçamentário e, dentro desse sentido, a nossa política consiste em, primeiro, tanto quanto possível, conseguir trabalho conjunto com outros países produtores. Trouxemos ao Brasil o Sr. Arturo Gomez Jaramillo — V. Ex* conhece a importância do Sr. Jaramillo, no mercado de café — numa política muito grande de aproximação com a da Colômbia. O Sr. Jaramillo esteve com o Presidente da República, esteve com cinco Ministros de Estado, em longas reuniões, com a minha presença. No momento, o Presidente do IBC foi a Londres e vai também à África buscar política comum de interesse dos produtores. Esse é um capítulo que estamos perseguindo intensamente.

Acabamos, também, como V. Ex* sabe, com os contratos especiais. Com isso, conseguimos uma melhoria de preços, — como falei — de 145 para 203 dólares, em poucos meses. Foi uma das melhores altas obtidas em toda a história do café, nos últimos tempos, para o preço internacional. Também conseguimos, agora, aprovação de muito boas condições para o café-geado, como V. Ex* sabe. V. Ex* deve ter visto a aprovação há pouco tempo com a semana internacional.

V. Ex* se refere à erradicação de cafezais. Nós temos hoje uma produção da ordem de 21 milhões de sacas. Estaremos caminhando rápido para a produção de 30 milhões de sacas, como V. Ex* sabe. Há alguma erradicação em zona afetada por geadas. Está havendo um deslocamento de café de zonas de geadas para zonas de menos geadas. Como V. Ex* sabe, a Bahia já é uma grande plantadora de café. Então, o problema de zonas de geadas é um problema mais sério, há realmente cafeicultores que se afastam do negócio devido às geadas.

Agora, concordo com V. Ex* que temos que conseguir ainda melhores condições. Neste sentido, estamos trabalhando, os resultados conseguidos são bons. Nos últimos seis meses, conseguimos substanciais resultados, seja na melhoria de condições para o cafeicultor, seja na melhoria de preço internacional, seja nos níveis de exportação. São bons resultados que permitem prever que prosseguiremos nesta marcha. Agora, há outros problemas no País, que condicionam a política do café. Este é que é o aspecto mais delicado.

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR) — Eu sei. Nem quero deixar de reconhecer a V. Ex* o direito de, sendo Ministro, embora com a responsabilidade de defender os interesses desse setor cafeeiro, não perder de vista os interesses nacionais. E exatamente por concordar com esse ponto de V. Ex*, que acho que a política cafeeira, neste instante, chegou a níveis tais que está prejudicando muito mais os interesses nacionais do que os interesses do próprio cafeicultor porque, com esse preço da soja, ele sai tranquilamente do café, entra na soja e sai do prejuízo. Agora, o Brasil não tem...

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Produtor do Paraná.

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR) — É, do Paraná. Mas, V. Ex* há de convir comigo que em todas as áreas onde houve produção de café se saiu da produção de café, toda área liberada do café nunca mais voltou para o café. Isto é uma análise histórica. Então, este é um ponto importante também,...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana. Faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR) — Eu lamento não ter tido muito mais tempo, mas pediria, então, pelo menos, uma tolerância da Mesa para fazer mais algumas colocações. Apenas vou terminar as reivindicações e, depois, o Sr. Ministro vai estudá-las e, certamente, responder; pode ser direto aos interessados, e ainda fazer um pequeno comentário a respeito da perda de mercado.

V. Ex* me desculpe, mas quando falou a respeito do confisco ou da cota de contribuição, — não quero deixar V. Ex* em má situação — V. Ex* disse

também que a cota de contribuição ou confisco cambial — me permita, também não abrir mão da minha maneira de conceituar essa contribuição, ou seja lá o que for, como confisco cambial, — V. Ex* também disse que ele era um instrumento para não perdermos mercado. Mas, Sr. Ministro, muito mais importante do que o confisco cambial, em termos de não perder mercado, é uma política mais realista. Veja V. Ex*, eu ainda era Deputado na ocasião, quando tive oportunidade de criticar uma posição que o IBC vinha sistematicamente adotando, com relação às exportações, quando proibia a exportação do café tipo 7 e 8. Exatamente naquele instante em que se proibiam essas exportações, nós perdemos o mercado da Costa do Pacífico, nos Estados Unidos, que tinha um consumo na época, não sei hoje, de cerca de 800 mil sacas anuais. Perdemos para a Indonésia esse mercado! E por que? Porque temos que adotar uma política mais realista de exportação; não adianta fixarmos os padrões do café que deva ser exportado, o que adianta é sermos realistas e exportarmos aquilo que os nossos compradores querem comprar.

V. Ex* sabe, tanto quanto eu, talvez até melhor, que o problema de importador de café não é um problema tanto de poder aquisitivo. Existem muitos países ricos que acostumaram seu paladar ao café tipo baixo e, portanto, não é um problema do preço. É um problema de paladar, como é o caso da Costa do Pacífico. Na Costa do Pacífico, nos Estados Unidos, o padrão de renda do povo não é muito diferente do resto daquele País. Entretanto, com relação à questão do paladar, eles se acostumaram com esse café baixo. Então, não tem cabimento o Brasil querer impor as condições do tipo de café que há de ser exportado.

Temos que ser muito mais realistas e exportar aquilo que nos querem comprar.

Outra coisa também é o problema da estagnação do mercado interno.

V. Ex* fez referências ao problema que também diz respeito, de perto, ao confisco cambial, que é a estagnação do mercado interno e a estagnação do mercado externo.

Com relação ao mercado externo é por esta razão, cujo exemplo acabei de citar: acho que o Brasil tinha que ser muito mais realista na sua política exportadora. Quanto à estagnação no mercado interno, quero dizer a V. Ex* que este, sim, é um problema de poder aquisitivo. Hoje o assalariado brasileiro, a imensa maioria do assalariado brasileiro, não está tendo condições de tomar café, a esses preços atuais. Curiosamente, o Governo, quando elevou o confisco cambial, ao mesmo tempo foi eliminando os subsídios do café do consumo interno. Pelo menos, se houvesse um casamento, quer dizer, confisca o produtor, mas repassa para o consumidor uma parcela, pelo menos, seria compreensível. Entretanto, não, estão sacrificando os que produzem, sem beneficiar os que consomem. Então, hoje, a grande massa dos assalariados não está tendo poder aquisitivo para beber café. Se não me engano, está em cerca de 122 cruzeiros o quilo do café no mercado interno; parece-me que é em torno disso. Com este preço, o trabalhador que tivesse que comprar um quilo de café por semana, iria consumir 20% do seu salário mínimo só com o café. Então V. Ex* há de convir comigo que ele não tem condições de tomar café. Então, veja bem o problema do confisco, pois temos outros mecanismos de fazer crescer o consumo interno; o consumo externo eu já disse a V. Ex*: trata-se de uma política mais agressiva e realista de exportação. No plano interno, trata-se de adotar uma sugestão que os produtores já estão há tempos falando que é a possibilidade de o produtor poder vender diretamente aos supermercados o café em grão.

Veja V. Ex* que o café tipo baixo, o café quebrado, o café que não tem condições de ser exportado, pode perfeitamente bem ser colocado no supermercado a 30 ou, no máximo, 40 cruzeiros o quilo. Portanto, menos de 1/3 do preço real pelo qual vendem hoje, os supermercados, o café torrado e moído. Seria, então, a maneira de se incrementar o consumo interno, atendendo à imensa faixa de assalariados que hoje, não está tendo mais condições de tomar café.

Esta seria a terceira sugestão, que faz parte também das reivindicações dos cafeicultores.

A quarta reivindicação seria a prorrogação dos custeios de café, a vencer em 30 de outubro de 1979, para 15 de janeiro de 1980, sem prejuízo da concessão de novos financiamentos, evitando-se grande oferta de café no mercado a curto prazo.

Uma quinta solicitação seria a de que o Banco do Brasil obedecesse a uma Resolução do Banco Central, a de nº 340, que estipula um financiamento sobre café cru, que deveria ter um juro de 15%, e está sendo cobrado, indevidamente, pelo Banco do Brasil, a 22% ao ano.

Infelizmente a Mesa já me questiona para terminar.

Sr. Ministro, eram essas as questões que queria colocar a V. Ex*, que sei que é sensível não só aos problemas dos cafeicultores mas, sobretudo, na

Nação. Neste instante, não convém desestimular, da maneira como vem sendo desestimulada, a produção cafeeira que durante tanto e tantos anos, foi o carro-chefe na obtenção e na formação de divisas para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho. Faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Muito bem, Senador, agradeço as sugestões, estão anotadas. É certo que eu, como Ministro da Indústria e do Comércio, defendo ao máximo os interesses do café e do cafeicultor. Entretanto, tenho que inserir estes problemas no conjunto de problemas nacionais, quando se discute o orçamento monetário, quando se discute o orçamento do Governo, quando se discute financiamento e isto, frequentemente, leva a soluções que, no nosso entender, são as melhores para o conjunto nacional.

Mas, insisto no ponto de que, realmente, não há estagnação de produção; estamos passando de 20 milhões para 30 milhões de sacas anuais. Insisto, também, em que não há problema de erradicação em termos nacionais, porque — como eu disse — o que está havendo é uma deslocação geográfica da produção de café e lembro que, realmente, nosso problema é o de inserir o café no mundo, porque temos, agora, muitos competidores agressivos no mercado. Então, é um problema complicado de não levantar novos produtores contra nós. O assunto é muito complexo. Mas, estamos atentos, as suas observações são muito boas e me ajudaram a algum raciocínio que levarei aos meus colegas de Governo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com a palavra o nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Sr. Ministro, já o disse-mos aqui: a Câmara é a República; o Senado é a Federação. Mas, isso é uma disposição que, em certo sentido, é irrita, porque aqui há grandes Estados e pequenos Estados. E também com a imagem a uma rememoração que já fiz aqui, quero lembrar a V. Exª uma imagem que Hernandez fez no seu Martin Fierro, e que se aplica em cheio nesta Federação que vive neste Senado: "Há razões dos grandes e há razões dos pequenos. As razões dos grandes são sinos de bronze, que ressoam em toda a Federação. As razões dos pequenos, embora razões lhes sobrem, são sinos de madeira que não ressoam e nem percutem".

Vou falar como um sino de madeira, em nome do meu Estado, o Espírito Santo, um pequeno Estado.

Sr. Ministro, Minas é uma potência ferríferra, que busca, com o auxílio dos Poderes da República, dos Governadores de Estado e dos mineiros, transformar-se numa potência siderúrgica. E vai, a passos de gigante, no sentido dessa transformação.

O laminador a tiras quentes era um componente do sistema siderúrgico do meu Estado, o Espírito Santo, que tem Tubarão como um foco de apelo. E nós vimos que Minas nos arrancou essa primeira possibilidade: o laminador vai para a AÇOMINAS.

Não nos conformamos, mas nos resignamos diante da determinação mineira de colocar em Minas o primeiro laminador. Já se murmureja, já se comenta, já se diz que o segundo laminador a tiras quentes agora vai para a USIMINAS.

Então, Sr. Ministro, a primeira pergunta: o que pensa V. Exª da questão do primeiro laminador, e a possibilidade do segundo?

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Quando o Senador diz que o Senado é a Federação, entendo que todos os Estados têm o mesmo número de representantes, têm a mesma voz neste Senado. Então, os sinos são todos iguais. Não distinguiria entre sinos de bronze e sinos de madeira.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Muito bem. Grato a V. Exª.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Tubarão — Tubarão é projeto siderúrgico da maior importância. Até poucos dias atrás, a reivindicação que me traziam, insistentemente, era a de que a Usina de Tubarão fosse construída segundo os programas, porque diziam que o Governo brasileiro, nos seus programas de prioridades, havia deslocado Tubarão para uma prioridade menor. Ao mesmo modo, até poucos dias atrás, pleiteavam passar o financiamento do café de 60 para 80%. Quando conseguiram 80%, agora pleiteiam reduzir a quota de contribuição.

Uma vez que anunciei, extensa e intensamente, que, mobilizando ao máximo os escassos recursos da Federação, conseguir-se-ia reprogramar Tubarão para o seu programa original, garantindo o funcionamento da Usina de Tubarão para 1982, o que é uma grande conquista do seu Estado, surge agora a luta pelo laminador.

O primeiro laminador de tiras a quentes não foi decidido para a AÇOMINAS. Apenas para corrigir uma informação errada, foi decidido para a USIMINAS, a fim de ser instalado em localização geográfica ao longo do eixo USIMINAS—AÇOMINAS, e, assim, servir às duas Usinas. Daí, talvez, é que tenha surgido uma confusão de que o segundo será para a outra. É um grande laminador que será instalado em uma localização a ser decidida ainda por estudos de engenharia finais, entre a USIMINAS e a AÇOMINAS, para servir às duas grandes Usinas.

O Projeto Tubarão está voltado para o mercado externo, um Projeto em associação com a FINSIDER e a Kawasaki, com 24,5% cada uma, e 51% da SIDERBRÁS, para exportação de placas.

O Projeto Tubarão, em toda a sua concepção de uma grande usina, não contemplou o fornecimento ao mercado interno.

A instalação do laminador em Tubarão será determinada na hora em que decidir-se Tubarão como uma boa localização também para o mercado interno.

No momento, a localização do laminador no eixo USIMINAS—AÇOMINAS resultou de estudos técnicos, exclusivamente técnicos, procedidos no âmbito da CONSIDER e SIDERBRÁS e propostos ao Ministro.

Se me propusessem, com igualdade de condições, este laminador entre Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro ou Espírito Santo, tudo igual em níveis técnicos, escolheria Minas Gerais, por uma intuição profunda de que esse Estado tem melhores condições para o mercado interno. Em igualdade de condições, seria Minas Gerais. No entanto, se me trouxessem a localização desse laminador com 1% desfavorável a Minas Gerais, ele seria instalado no Espírito Santo, Rio ou São Paulo.

Quanto ao segundo laminador, nada está decidido. É decisão que deverá ser estudada dentro de seis meses a um ano, mas é para o mercado interno. Se não houver mercado externo suficiente para Tubarão — e Tubarão tem compromissos firmes para a exportação de sua produção de placas — caso o mercado externo falhe e haja navegação de cabotagem ágil para tornar Tubarão uma boa localização para o mercado interno, Tubarão será um dos locais que vão disputar o segundo laminador. Não está decidido. Se me trouxerem para o segundo laminador posições idênticas para Espírito Santo, Rio ou São Paulo, escolherei Espírito Santo, dentro do sentido de desconcentração.

No fundo, no fundo, o desejo meu é de gostar mais de sinos de madeira do que de bronze.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Muito obrigado.

Sr. Ministro, nossa segunda pergunta é sobre o tema que o nosso ilustre Senador José Richa versou aqui da tribuna — café. Rápida pergunta.

Sr. Ministro, produzimos no Espírito Santo um tipo de café que V. Exª conhece — tipos 7 e 8. Duro, bebida dura, etc.

O nosso café é vendido lá, no interior do Estado, a Cr\$ 2.300,00 a saca. Pesa sobre ele o confisco cambial de Cr\$ 143,00. Além disso, o ICM, de 15% e um Fundo Rural.

Reunindo os produtores de café do meu Estado, agora, no III Seminário do Café do Estado do Espírito Santo, em Colatina, que já foi o maior Município produtor de café do Mundo, propõem ao Governo entregar a produção de café, saca por saca, e ficar com o confisco, porque é muito maior o confisco do que o valor pelo qual eles vendem a saca de café.

Portanto, Sr. Ministro, é injusto que, produzindo, nós, café em encostas íngremes, quase de culturas proibitivas — só café que pode vingar naquelas condições topográficas, com uma climatologia também adversa, e uma produtividade baixa, além dessas circunstâncias todas adversas, temos o confisco cambial que arreja sobre nós e arrasa a economia cafeeira do meu Estado.

É o apelo que faço a V. Exª em nome dos sinos de madeira — estude a possibilidade de melhor amparar a economia cafeeira.

Somos o quarto Estado cafeeiro, Sr. Ministro. Mesmo com essa situação gravíssima sobre o nosso café, estamos jogando mudas de café no solo, estamos crentes de que um dia seremos tratados da mesma maneira como o são nossos ilustres cafeicultores de São Paulo, do Paraná de Minas Gerais.

É a segunda pergunta que endereço à alta interpretação de V. Exª.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — V. Exª fala em café tipo 7, V. Exª fala que estão vendendo a 2.300. Pois bem, o preço de garantia do café tipo 7, para 1º de janeiro, daqui a três meses, é de 3.420 cruzeiros, preço de garantia publicado, que o Governo garante. Como disse, foi uma grande inovação na história do café garantir preço à frente, porque tínhamos garantia sempre para trás. Já garanti, para 1º de janeiro Cr\$ 3.420,00, e, para 1º de abril, Cr\$ 3.780,00. Ora, em três meses, 3.420. Se se puser a juros de 4% ao mês, V. Exª terá um desconto de 12%. 3.420 menos 12% daria 3.000 cruzeiros.

Hoje esse café pode ser comprado por qualquer um a Cr\$ 3.000,00, por que garanto Cr\$ 3.420,00, a 1º de janeiro.

/De modo que não entendo a sua assertiva de colocação desse café a 2.300, porque o preço de garantia a 1º de janeiro é de Cr\$ 3.420,00, café tipo 7.

Então, há qualquer coisa aí. O preço de garantia, em vigor hoje, é de Cr\$ 2.700,00; em 1º de janeiro, Cr\$ 3.420,00.

Há qualquer mistério. Garanto e compro a esse preço. Compro, hoje, a Cr\$ 2.700,00 e a 1º de janeiro a Cr\$ 3.420,00.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Então desculpe, mas V. Exª mande examinar.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Estou um pouco em dúvida. Gostaria que V. Exª me esclarecesse. Vou tentar apurar, mas está aqui o preço de garantia fixado pelo Conselho Monetário Nacional: 1º de julho — Cr\$ 2.700,00; 1º de janeiro — Cr\$ 3.420,00.

Estamos a três meses de 1º de janeiro — outubro, novembro e dezembro. Três meses a 4% ao mês, 12% de desconto.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Vê V. Exª que é tal a situação dramática do nosso café que nossos produtores entregariam ao Governo a saca de café e ficariam com o confisco.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Entregam a Cr\$ 3.420,00, o que é bastante lucrativo.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — É para V. Exª ver a situação dramática. A diferença de valor da saca de café, gritantemente exposta nessa operação, é tal que os produtores entregariam a saca de café e ficariam com o valor do confisco.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Eles não entregariam. Eles vendiam ao bom preço de garantia, que é de Cr\$ 3.420,00. Precisamos de café também para o mercado interno, esse é o problema.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Então, V. Exª mande examinar, e eu fico grato a V. Exª.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Examinarei com cuidado.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Havendo ainda oradores inscritos para a fase de interpelações, e estando para esgotar-se o tempo regimental da sessão, proponho ao Plenário prorrogação por 30 minutos a fim de concluirmos nossos trabalhos, uma vez que o número de oradores não justificaria a convocação de uma nova sessão somente para ouvi-los. (Pausa.)

Não havendo discordância do Plenário, dou como aprovada a prorrogação da sessão, ficando, em consequência, transferida para as 19 horas a sessão conjunta anteriormente convocada para as 18 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Sr. Ministro, consideramos que a siderurgia é um dos setores mais importantes para o nosso desenvolvimento econômico e o problema deste setor está visceralmente ligado ao problema do carvão, tanto mineral como vegetal. Ultimamente temos diversificado, também, nossas jazidas de ferro, havendo mesmo a possibilidade de uma certa desconcentração, pelo menos na área de exportação de minério, para o Norte do País.

Como V. Exª vê o programa da siderurgia em face desse binômio minério e carvão, e da grande necessidade do programa para o nosso desenvolvimento?

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Estamos num grupo, coordenado pelo MIC, exatamente terminando um estudo abrangente sobre energia para siderurgia.

O carvão, como V. Exª sabe, tem dois papéis: tem um papel de energia e tem um papel de redutor. No papel da energia, este nosso trabalho, que é feito por entidade do Governo e empresa privada, pretende até 15 de outubro terminar um relatório final e a proposta de um contrato a ser assinado entre essas diversas empresas no sentido de bem atender dois objetivos: primeiro, redução do consumo específico da energia na siderurgia, uma vez que a siderurgia é uma enorme consumidora de energia; segundo, nacionalização da fonte de energia para a siderurgia. Esses dois objetivos conflitam-se, porque muitos dos processos de nacionalização implicam em maior consumo específico e vice-versa. Mas, nós estamos justamente demorando um pouco este trabalho

porque estamos tentando conciliar esses dois conflitos: redução do consumo específico de energia e nacionalização das fontes de energia. Neste sentido nós temos estudos ligados ao carvão mineral, do Sul, e decididamente vamos ampliar também a participação de carvão vegetal na siderurgia, principalmente para a siderurgia de Minas Gerais ao Nordeste e Norte com mais intensidade de carvão vegetal, e na siderurgia de Minas Gerais, ao Sul, maior presença do carvão mineral coqueificável brasileiro e do carvão-vapor gaseificado. Então, há um grande trabalho em andamento nesse sentido. Quanto ao carvão para redução, propriamente dita, há o problema do óleo diesel. Como V. Exª sabe, um dos grandes progressos que havia em tecnologia siderúrgica era reduzir carvão e aumentar óleo combustível. O Brasil trabalhou muito nesse assunto nos últimos anos. Quando atingimos ótimos resultados, surgiu a crise de óleo combustível. Estamos retornando, agora, a tecnologias anteriores e todo o trabalho é na busca de melhor consumo específico desse carvão, porque realmente nesta parte o carvão brasileiro tem um papel muito limitado na parte redutor propriamente dito. Prosseguimos nesse trabalho com bastante intensidade agora, é claro que buscaremos mais posicionamento de minas de carvão no exterior. Estamos em negociações bastante avançadas com a Colômbia para uma grande mina de carvão que a SIDERBRÁS desenvolveria em associação com aquele País. Temos muitas negociações em outros países do mundo, de trocas, aproveitando o frete de retorno para melhores negociações de carvão internacionais. Não há dúvidas que o carvão mineral para coque e redutor sofre um processo de dificuldades internacionais de aumentos de preços.

Esse é um assunto que nos preocupa e nosso grande trabalho é reduzir esse consumo específico e eliminá-lo como fonte de energia, usá-lo mais como redutor. Creio que esclareci sua pergunta.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Agradeço a resposta de V. Exª, sobretudo me congratulo com seu Ministério pelo esforço que está fazendo para a solução deste problema que é, talvez, um dos grandes problemas nacionais.

A segunda pergunta, Sr. Ministro, se refere ao seguinte: V. Exª sabe que nos anos 1960 depositamos uma grande esperança nas técnicas de desenvolvimento econômico, sobretudo uma esperança maior nas taxas de crescimento do produto. Mas, V. Exª sabe que não só nós, no Brasil, como muitos países do mundo tiveram sérias decepções porque ao cabo de vários anos, durante os quais conseguimos altas taxas de crescimento, verificamos que a riqueza gerada não se filtrava, automaticamente, para todas as camadas sociais e isso nos deixou extremamente preocupados com o problema da pobreza absoluta, da distribuição de renda e com outros problemas relacionados com essa questão. Mas sabemos, também, que desde algum tempo as nossas preocupações voltam-se para a solução desse problema fundamental, que eu tenho chamado de humanização do desenvolvimento econômico e que está relacionado com a distribuição da renda e, sobretudo, com a distribuição dos benefícios do progresso para todas as camadas sociais.

Esta é uma meta do Governo do Presidente Figueiredo. Como V. Exª vê o problema e que tipo de contribuição o seu Ministério poderia dar para esse avanço no nosso processo de crescimento econômico e do bem-estar social da Comunidade?

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Como o ilustre Senador sabe, há dois problemas de concentração: um é a concentração regional, o outro é a concentração social. Sob certos aspectos há uma certa simultaneidade nos dois processos; a desconcentração do crescimento regional contribuirá certamente para desconcentração do crescimento social.

Há dois mecanismos que o Governo enfrenta nesse campo. Um é, realmente, a redistribuição da renda, em termos de que haja um melhor ordenamento territorial e um melhor ordenamento social, redistribuição da renda. Para isto há mecanismos como a nova política salarial que, agora, está sendo submetida ao Congresso e que já é um passo nesse sentido e nova política tributária, também um passo nesse sentido. Do ponto de vista de desconcentração regional, falei na palestra que há uma série de mecanismos indutores que estamos propondo; incentivos fiscais e creditícios na área de capital e de trabalho e provimento de infra-estrutura e estudos de desconcentração. Há um grande mecanismo nesse sentido. Agora, um mecanismo que é pouco falado e que é muito importante, é o problema de oferta adequada de bens a preços mais razoáveis, mais viáveis, para as camadas de menor consumo, ou seja, através de produção massificada e ordenada, nós temos menores preços reais aos bens de consumo utilizados nas camadas de menor poder aquisitivo. Este, também, é um modo de aumentar a renda. É a maior oferta de bens para essa camada de consumo. Nesse sentido é que meu Ministério trabalha muito. O MIC está empenhadíssimo no rearranjo do perfil de pro-

dução brasileira para produzirmos mais bens de maior utilização nos dois terços da base da pirâmide, através de normalização, padronização, aumento de produtividade e mudança de linhas de produção e tenho, nesse sentido, conduzido uma série de negociações com as empresas produtoras brasileiras para mudar o perfil de produção, ou seja, aumentar muito a oferta nesta camada. Com isto, baixando os preços reais desses bens, estaremos aumentando a renda real. Esse é um mecanismo pouco falado e muito importante. Então os mecanismos de que disponho são: mecanismos fiscais e creditícios para orientar o processo de produção e mecanismos indutivos de normalização, padronização em linhas de produção para maior oferta de bens na base da pirâmide. Esses são os mecanismos.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — A resposta de V. Ex^a, Sr. Ministro, me faz crer que o seu Ministério e, V. Ex^a pessoalmente, estão bastante engajados neste processo de transformação do esquema do nosso desenvolvimento econômico e que se pretende agir não só a nível da renda individual e familiar, mas também da reestruturação do sistema produtivo para, ajustando uma coisa a outra, naturalmente conseguir os resultados desejados.

Uma terceira pergunta, Sr. Ministro, que gostaria de fazer a V. Ex^a, está relacionada também com esse problema da distribuição da renda, não só a nível das classes sociais, mas também das regiões do País. Essa questão relaciona-se com o álcool.

Estamos empenhados na solução geral do nosso problema de energia e essa questão vai depender primeiro, como V. Ex^a bem disse, do petróleo. Segundo, da energia de fontes hidráulicas, fontes hídricas. V. Ex^a sabe que somos muito ricos nesse aspecto. O terceiro, o problema da energia atômica e finalmente o quarto, o problema do carvão mineral e vegetal e, mais recentemente, o problema das fontes renováveis de energia, principalmente carvão vegetal e álcool. E o álcool tem suscitado uma série de questões relacionadas com o problema da desconcentração industrial, desconcentração do crescimento industrial e, também, da criação do melhor aproveitamento de sua grande capacidade de criação de empregos. Sabemos que esse problema da desconcentração, contanto relativamente simples, pois depende de uma programação para que produzamos o álcool próximo dos pontos do seu consumo, teríamos paralelamente um problema social. O programa do álcool é um grande absorvedor de mão-de-obra, um grande criador de empregos, mas sabemos também que as condições desses empregos, sobretudo do ponto de vista da experiência histórica, não têm sido muito felizes, isto é, as condições sociais desses trabalhadores envolvidos sobretudo no programa agrícola, em geral, não são satisfatórias.

Minha pergunta é: Como V. Ex^a vê o programa e que medidas se poderiam tomar para que esse programa, além de cumprir a finalidade econômica, ajude a resolver, cumpra sua missão social tal como precisamos, principalmente nas regiões mais pobres?

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Muito bem. É um ponto muito importante porque além da premissa de produzirmos o álcool a menor custo — nisto estamos muito empenhados em aumentar a produtividade geral do álcool, pois, como esta Casa sabe, o álcool ainda custa sensivelmente mais em seu custo de produção do que a gasolina — é importante termos a plena consciência de que, nos preços atuais do petróleo, o custo de produção do álcool ainda é sensivelmente superior ao custo de produção da gasolina.

Então nosso primeiro empenho é o aumento geral da produtividade da cana-de-açúcar, da usina e do transporte do álcool ao consumo, para conseguirmos uma melhor posição de competição de álcool com a gasolina.

O segundo empenho, e que anda bem perto deste, é o problema da utilização do Programa Nacional do Alcool, seja da cana, seja da madeira, para desconcentração do processo e atendimento à área social.

Nesse sentido é que daremos às regiões menos desenvolvidas do País, na programação da produção do álcool, um superávit grande de produção em relação ao seu consumo próprio, admitindo transporte do álcool dessas regiões para regiões mais desenvolvidas. Naturalmente não iremos produzir, digamos, um superávit enorme em cada região do País, porque teremos um acréscimo de frete muito grande. Mas, nas regiões menos desenvolvidas haverá um superávit e nas regiões mais desenvolvidas haverá déficit, para permitir exatamente uma dosagem sensível de desconcentração.

Além disso, estamos com uma política de preços que vai carregar mais na cana e um pouco menos na usina. De modo que haja uma alta geral de preços, carregamos um pouco mais na cana, não só no sentido de simular mais plantio de cana, que é um gargalo do problema do álcool, mas também no sentido social, bem como no sentido de ver todas as usinas com a mesma eficiência de produtividade. É compreensível que a cana, em diversas regiões do País, tenha produtividade diferente, mas não é compreensível que usinas

feitas pelo mesmo homem tenham produtividade diferente, a usina em si. Neste sentido, vamos introduzir seriamente a medida de sacarose, e buscando carregar bastante a mão na cana e exigir das usinas a mesma produtividade. Isto é bastante importante, porque não há razão de as usinas terem produtividade diferente. Seguramente o Programa Nacional do Alcool, além do primeiro objetivo que é produzir álcool a um preço menor, ele tem simultaneamente o objetivo da desconcentração e da preocupação social. V. Ex^s podem estar certos de que esta política será perseguida.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Agradeço a V. Ex^a a resposta, aliás muito satisfatória, porque no caso do Nordeste, por exemplo, e mesmo do Norte, há uma grande possibilidade de que se possa conseguir utilizar o frete de retorno dos navios que nos levam gasolina. Isto é muito importante.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Gostaria de acrescentar um ponto importante. Vamos buscar incentivar muito, no Nordeste, a alcoolquímica. Pretendemos instalar no Nordeste um grande pólo alcoolquímico.

Ainda espero, nesses dias, poder anunciar novos preços de cana-de-açúcar; muito brevemente.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Muito obrigado a V. Ex^a. Agradeço sobretudo a grande lição que V. Ex^a nos deu hoje sobre os problemas nacionais vinculados ao seu Ministério. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Tem a palavra o nobre Senador Marcos Freire.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Sr. Ministro, ocupo a tribuna no momento mesmo em que ouço V. Ex^a anunciar a boa nova de que em poucos dias proclamará novos preços a cana. Sou do Estado de Pernambuco e agora mesmo estamos enfrentado, de frente, mais uma grande crise da economia canavieira. Um dos problemas sérios reside exatamente no preço da cana, porque ele vem sendo determinado em bases que não correspondem sequer ao custo da produção, daí advindo problemas dos mais sérios em termos econômicos, de empresa, de produção, de rentabilidade dessa atividade produtiva, mas especialmente em termos de consequências sociais.

É possível que até mesmo nessas horas esteja sendo deflagrado um movimento paredista de trabalhadores rurais da Zona da Mata do meu Estado, face exatamente à situação de calamidade em que os assalariados rurais se encontram. Não há dúvida alguma de que o preço da cana nas bases em que está fixado — e infelizmente todos os reajustes que vêm se dando estão aquém do necessário — é fator determinante naquela crise, além, evidentemente, de outras causas. E o trabalhador é a grande vítima.

O professor Nelson Chaves, que não é político, que não é do MDB, não é de Oposição, é um cientista da Universidade Federal de Pernambuco, fez pesquisas, estudos sérios, e mostrou que estamos criando uma legião de nanicos, de anêmicos, de débeis mentais, porque o homem que corta a cana, que cava a terra, ingere apenas 1.250 a 1.500 calorias por dia, quando precisaria, para recuperar suas forças, de ingerir 3.500 a 4.000 calorias.

Esta minha intervenção é mais uma saudação em face do anúncio que V. Ex^a fez no momento em que me dirigia para a tribuna. Não chega a ser propriamente uma pergunta, mas ocorre em face da declaração de V. Ex^a. Espero que criando expectativas boas, não venham elas, uma vez mais, a serem frustradas por preços irrealistas estabelecidos pelo Governo.

Sr. Ministro, da exposição de V. Ex^a — exposição clara, lúcida, objetiva, didática —, eu infelizmente tirei uma conclusão que não me parece muito favorável àqueles que vêm dirigindo o País nestes últimos tempos. Porque V. Ex^a procura convencer de que o equacionamento da crise energética está tão bom, tão eficiente, e até mesmo no que se refere ao problema do petróleo, que se vai amenizar, reduzir as exigências de agora por diante, do consumo da gasolina, através de outras fontes alternativas; firmam-se contratos com as indústrias do cimento, com a siderurgia e se conseguirá, portanto, aliviar o problema do óleo combustível de tal forma que se liberará a PETROBRAS, para enfatizar mais a produção do óleo diesel.

Louvo que realmente esse programa energético esteja sendo amarrado de tal forma que os brasileiros possam ter melhores noites, com menos preocupação com relação a este angustiante problema da energia. Mas, ao mesmo tempo, eu pergunto por que só agora, quando já no início desta década facilmente se poderia perceber a tempestade que se avizinhava?

O próprio PROÁLCOOL, Sr. Ministro, engatinhou, ficou marcando passo no mesmo lugar, durante meses, anos a fio. Até parecia que não era para valer.

Portanto, é lamentável que se tenha chegado à situação atual, em que foi necessário até mesmo alarmar a Nação com uma proclamada economia de

guerra, quando, se uma série de providências e de medidas tivessem sido tomadas a seu tempo, não se teria chegado a este ponto.

V. Ex^a, Sr. Ministro, falou no PROÁLCOOL, e no dia em que a imprensa anuncia a criação, se não me engano, de uma ALCOBRÁS. Esta ALCOBRÁS, conforme V. Ex^a esclareceu a um debatedor anterior, se referia apenas ao álcool da madeira. Neste ponto parece-me haver uma distorção: quando falamos em PETROBRÁS é tudo que diga respeito a petróleo; portanto, criar uma entidade, uma ALCOBRÁS, quando nada confunde a opinião pública, dá a impressão que vai ser a instituição que vai assumir tudo aquilo que disser respeito ao álcool, à produção do álcool como fonte energética.

Creio, se não me engano, que mais importante do que o álcool, como matéria-prima, é a cana; no entanto, a cana precisa ser incentivada. Como V. Ex^a mesmo disse, sem o plantio da cana o PROÁLCOOL não tem êxito. No entanto, a cana passaria, assim, perante o grande público, a um plano secundário.

Não foi feita sequer uma só referência à mandioca. Eu indagaria a V. Ex^a: será que os estudos procedidos pelo Ministério de V. Ex^a excluíram a hipótese da mandioca como fonte, também, para a produção do álcool? No meu Estado, Pernambuco, existe uma área, a Zona do Araripe, que precisaria de um incentivo a esta atividade produtiva. Pois bem, essa região, será que não poderia vir a ser beneficiada, se também ao lado da cana, da madeira, de outros tipos de matéria-prima, se desse um lugarzinho à mandioca para a produção do álcool?

Por outro lado, ainda dentro dessa problemática, eu indagaria a V. Ex^a sobre o problema da armazenagem. Em Pernambuco já se está produzindo álcool e já se tem a preocupação de como e onde se colocar o álcool produzido. Parece-me que até este instante não muita coisa foi feita em termos de novos depósitos que possam abrigar, a colher o produto, de tal forma que o problema da armazenagem me parece que precisa ter uma colocação esclarecedora por parte de V. Ex^a, ao mesmo tempo em que solicitaria esclarecimentos sobre a orientação em relação à mandioca. Esta seria uma primeira colocação.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Muito bem, Senador. V. Ex^a foi muito amável em relação à minha palestra, e foi contudente em alguns pontos de crítica. V. Ex^a, inicialmente, faz uma crítica ao passado: por que, se agora estamos dando solução, elas não foram dadas antes?

Bem, tudo na vida caminha e em geral tendo a acreditar que os homens que estavam no Governo antes tinham outros problemas e tinham outras oportunidades. Há alguns anos — V. Ex^a se refere a 10 anos atrás — o petróleo ainda tinha um preço bastante baixo para estimular fontes alternativas. Ainda hoje, com o petróleo a cerca de 22 dólares o barril, o álcool custa, digamos, 40% acima do custo de produção da gasolina. Ainda hoje, o ponto de equilíbrio do álcool com o petróleo é qualquer coisa em torno de um barril equivalente a 33 a 35 dólares. Então, o Governo, há alguns anos atrás, não tinha fontes alternativas que pudessem competir com o petróleo. Apenas agora, que o petróleo atinge este custo de 22, caminhando para 25 dólares, é que o álcool começa a aproximar-se de uma competição que permite ao País lançar-se a um grande programa de álcool, programa, esse, entretanto — como eu disse — que não é um programa total, em parte pela mesma razão de que o preço de competição ainda é sensivelmente maior. Este é um ponto muito importante.

Em segundo lugar, V. Ex^a comenta a respeito do preço da cana. Eu não sabia que o debatedor que se seguiria era V. Ex^a. Tive a felicidade de anunciar, antes da sua chegada, e apenas por uma simples coincidência, pois não quis lhe retirar a oportunidade de perguntar sobre o tema, porque não conhecia a lista de sequência dos debatedores...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Uma feliz coincidência.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Realmente, desde que cheguei ao MIC que tenho me preocupado com o preço do açúcar e da cana e, como V. Ex^a sabe, em junho deste ano, fizemos um aumento extra, de 23%, no preço da cana. Foi em 20 de junho deste ano, e essa medida motivou centenas de telegramas de fornecedores e usineiros do Nordeste, aplaudindo esse aumento que foi considerado magnífico. Mas, depois disso, ocorreram aumentos salariais grandes, ocorreu um grande aumento de óleo combustível e minha recente visita a Pernambuco, meus contatos locais, me convenceram que era a hora de propor ao Governo um novo aumento para a cana e para o açúcar, com um intervalo de apenas 3 meses e 10 dias, digamos assim, um intervalo bastante curto. Ainda ontem, discuti longamente, nas madrugadas, com o Ministro Delfim Netto essa proposta. Ainda hoje, o Presidente do IAA está, neste momento, reunido discutindo o novo aumento do preço da cana-de-

açúcar, que será anunciado dentro de poucos dias. Não sei dizer ainda as bases; certamente serão bases as melhores que pudermos fazer; sobre isso não há dúvida.

Agora, é necessário não nos esquecermos de que o álcool ainda tem um preço de produção bastante maior do que o preço de custo da gasolina e que é fundamental aumentarmos a produtividade. Tenho uma grande preocupação com isto. Há níveis de produtividade bastante diferentes em diversos canaviais e usinas do Nordeste e do Sudeste, dentro do próprio Nordeste e do próprio Sudeste. Então, tenho um grande empenho em melhoria geral, de produtividade e, nesse sentido, estarei muito atento, e seguramente não abrirei mão de introduzir rapidamente a medida de sacarose. É um trabalho que acho que é de grande interesse do produtor de cana e seguramente do usineiro também. É uma meta que vou perseguir implacavelmente. Junto com ela, buscar claramente melhores preços para o álcool, não há dúvidas sobre isso, mas não me esquecendo de que ele custa mais caro do que a gasolina, e não me esquecendo que o açúcar ainda é bastante gravoso no mercado internacional. Como V. Ex^a sabe, estamos comprando açúcar perto de duzentas e setenta dólares, a tonelada e estamos revendendo a cento e oitenta, cento e noventa dólares, com esperanças nítidas de crescimento do preço do açúcar no mercado internacional brevemente. Mas, ainda temos uma grande gravosidade na exportação de açúcar, e temos um custo de álcool superior ao custo da gasolina com o petróleo a vinte e dois dólares. Então, é fundamental mantermos a economia de açúcar sólida, mais do que isto, torná-la sólida, porque ela não está sólida hoje, eu corrijo o que disse, porque não posso construir um programa de álcool em cima de uma base pouco sólida. Essa é a tese que tenho defendido no CDE. Como o Programa de Álcool é fundamental para o País, ele tem que ser construído sobre uma base sólida, que é a indústria açucareira. Então, estou preocupadíssimo em torná-la sólida, em recuperar atrasos no processo, em conseguir soluções financeiras de consolidação de seus débitos a curto prazo, em conseguir torná-la financeiramente capaz de sustentar o novo programa. Nesse sentido, como V. Ex^a sabe, consegui uma negociação muito difícil com a COPERSUCAR, hoje, autorizei um grande aval de empréstimos externos para as cooperativas do Nordeste, em quantias bastante grandes e, nos próximos dias, negociarei identicamente para o Rio de Janeiro e Minas Gerais. De modo que estou empenhadíssimo em consolidar o setor açucareiro para, sobre ele, construir o programa do álcool. Mas, não posso esquecer da medida de sacarose, para incentivar a produtividade e melhor relacionamento fornecedor-usineiro, e não posso me esquecer da absoluta necessidade de melhoria geral de produtividade. Esse é um tema que perseguirei muito, simultaneamente com a melhoria de preços ao produtor.

V. Ex^a refere-se, finalmente, à mandioca e à ALCOBRÁS e depois ao armazenamento. Era bom esclarecer a ALCOBRÁS. As notícias dos jornais de hoje falam em ALCOBRÁS: é uma sigla, uma imagem, uma palavra que o Ministro Delfim Netto não me confirmou. O que se passa é o seguinte: é um projeto-piloto para uma usina de produção de etanol de madeira, o mesmo etanol que virá da cana-de-açúcar. Consequentemente, ele se insere no mesmo circuito de distribuição e para o mesmo motor do automóvel, é a mesma aplicação final. Isto é um ponto importantíssimo, é o mesmo. Consequentemente, é um capítulo do Programa Nacional do Álcool, inserido dentro do Programa Nacional do Álcool, coordenado por um grupo de Secretários Gerais dos Ministérios, presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio. É um programa inserido dentro do Programa Nacional do Álcool, em primeiro lugar; em segundo lugar, é um projeto que visa confirmar os preços dos custos de produção para, após resultados finais, decidir-se, então, se esse projeto de produção de etanol da madeira será agregado ao programa mínimo firme de produção de 10 bilhões de litros de etanol de cana-de-açúcar.

O Programa de etanol de cana-de-açúcar é de 10.7 bilhões de litros na safra 1948/1985, é um programa firme, mínimo, não será reduzido ou afetado por nenhuma outra fonte que venha a ser proposta. É um programa firme, em plena marcha e será cumprido, até onde se pode afirmar sobre o futuro. O programa de etanol de madeira, se decidido conduzi-lo após esta fábrica inicial, que será feita com tecnologia e capitais brasileiros, com associação do Governo, porque ela é piloto, esta fábrica permitirá, então, concluir se deverá ou não se prosseguir num programa de etanol de madeira, que se prosseguindo, será suplementar ao programa de 10.7 bilhões de litros aprovado.

Este programa 10.7 bilhões de litros aprovado é para etanol de cana-de-açúcar e de mandioca, com uma porcentagem de mandioca menor, porque é uma tecnologia ainda menos dominada. A fábrica de Curvelo, e eu tanto me lembro da mandioca como V. Ex^a, porque sou de Curvelo, sou da Região do Curvelo, onde há a primeira fábrica brasileira de etanol de mandioca, é uma fábrica que mostrou claramente que a produtividade industrial da mandioca para etanol é muito boa. Conseguiu-se uma bela experiência na fábrica da

PETROBRÁS. Mas, há grande dificuldade na produtividade da mandioca na área agrícola. Ainda não conseguimos bons rendimentos, pelo menos, no cerrado de Curvelo. Em Santa Catarina, estou informado, e no Pará, um grupo japonês já está conseguindo uma grande quantidade agrícola de mandioca, que, se confirmado, a mandioca terá condição de plena competição com a cana-de-açúcar.

Mas, de qualquer maneira, como a cana-de-açúcar é um processo agregado à produção de açúcar em usinas anexas e eventualmente usinas autônomas que surgirão agora, estamos, no momento, pensando, em termos de mandioca, em 15 a 20% no programa e 80% em cana-de-açúcar que é, aproximadamente, o programa.

Quanto ao armazenamento, assunto da pergunta, é um programa ligado aos aspectos nacionais da produção do álcool. Estamos muito interessados em aumentar prazo de funcionamento das destilarias, com a introdução de culturas que possam cobrir um pouco da faixa aberta, e V. Ex^a sabe que a composição do preço de álcool inclui armazenamento por conta do produtor. Estamos examinando passar isto para o distribuidor. Isto será um tema que será discutido na próxima reunião da Comissão Nacional. É exatamente o que V. Ex^a deseja.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — V. Ex^a falou em consolidação do parque açucareiro, o que realmente constitui uma necessidade do equacionamento da problemática canavieira. No entanto, é preciso advertir para os aspectos sociais, porque V. Ex^a não ignora o sofrimento, para não dizer a miséria, que esconde os canaviais do Nordeste. V. Ex^a sabe que toda aquela estrutura fundiária de latifúndio monocultor pode vir a se agravar com incentivo necessário a novas plantações de cana. Acredito que o Ministério tivesse condições de equacionar a coisa, de tal maneira, que pudesse exigir, ao mesmo tempo, com a expansão da plantação de cana, também o atendimento às necessidades da cultura de subsistência. Parece-me essencial, sob pena de agravar todo o problema, vale dizer, do litoral nordestino, da zona da mata de Pernambuco, do abastecimento das grandes cidades, consequentemente dos índices inflacionários, sobretudo da situação social do povo. Ao mesmo tempo, há o problema das grandes ou pequenas destilarias.

V. Ex^a, num esclarecimento anterior a outro Parlamentar, como que questionou da possibilidade do êxito das pequenas destilarias. Parece-me que a opinião de V. Ex^a conflita com a do Dr. Paulo Belotti, um dos diretores da PETROBRÁS, que, no Simpósio Nacional do Álcool Carburante, no mês passado, afirmava exatamente o contrário, mostrava que as empresas de grande porte, sejam elas privadas ou estatais, não têm condições de participar, com a eficiência desejada, diretamente da produção do álcool. Portanto, há uma orientação outra. Isso me parece mais ao aspecto social do problema, se se desse um incentivo maior às pequenas destilarias, sobretudo àquelas constituídas por cooperativas, em que os trabalhadores rurais pudessem ter participação, vez e voto na orientação da atividade alcooleira.

Por fim, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que nós do Nordeste estamos defendendo intransigentemente o PROÁLCOOL, mas não vendo nele apenas uma alternativa energética, uma solução econômica para os problemas do Brasil, em especial o Balanço de Pagamento e a dívida externa, mas também com um instrumento contra os desníveis regionais. E aí me parece estranho que se esse for o entendimento também do Governo, no entanto, para o Centro-Sul do País tem sido destinado cerca de 75% dos recursos aprovados através dos projetos.

V. Ex^a, que tanto falou em desconcentração de desenvolvimento industrial — há um detalhe que eu não gostaria de discutir agora — V. Ex^a chegou a falar na necessidade das aprovações dos projetos industriais. No entanto, o que se vê pelas estatísticas é que esses projetos industriais aprovados pelo Governo têm sido num percentual mínimo em relação ao Nordeste. Por outro lado, quando V. Ex^a diz que não há o propósito do Governo de interferir, propriamente, nos empreendimentos privados, é importante lembrar que a política de desenvolvimento do Nordeste, baseada no 34/18, causou sérios prejuízos à região, inclusive a desregionalização do empresariado, através dos 34/18, que vieram possibilitar que capitais de outros poderosos grupos do Sul do País, e até mesmo internacionais, açambarcassem o espaço nordestino. No que dizia respeito à industrialização, e incentivos fiscais creditícios e infraestrutura proporcionadas pelo Governo Federal parecem ser da maior importância, mas acho que no momento em que o Governo abre mão de dinheiro, que é do povo, através de deduções do Imposto de Renda, do I.P.I., ou seja do que for, o Governo tem o direito de, então, redirecionar os investimentos privados, porque ele está dando porque quer dar, está dando por uma política de promoção, e essa promoção não pode ser apenas de desenvolvimento econômico; e sendo promoção de desenvolvimento social é, portanto, um direito do Governo, que está abrindo mão de uma fatia dos seus recursos portanto,

exigir daqueles que vão-se beneficiar, também, desses incentivos, é dar aplicação que atenda melhor às exigências políticas, econômicas e sociais.

Muitas outras coisas eu teria a dizer, mas infelizmente já fui advertido pela Presidência, inclusive, apenas para que não passe em julgado, a nossa discordância, quando V. Ex^a afirma que se justificou aquela grande concentração industrial e econômica do Centro-sul, e que sacudindo uma pedrinha naquela superfície aquática, os círculos concêntricos chegariam até à periferia. A nossa experiência é muito dolorosa, Sr. Ministro; o Nordeste sofreu por causa dessa teoria, que foi defendida pelo Sr. Delfim Netto, em gestões passadas, mas que o desenvolvimento não chegou lá; e como reconheceu o próprio Senador José Lins, não atingiu a distribuição social e regional da renda.

Portanto, ou o Governo muda realmente de orientação, ou se há de se esperar pelos círculos concêntricos, até lá "todos estaremos mortos".

Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Senador Marcos Freire, V. Ex^a levantou alguns pontos importantes. A intercalação da cultura de subsistência, nas lavouras canavieiras, é um ponto que o Ministro Stábile já propôs, oficialmente, à Comissão Nacional do Álcool e estamos justamente, no momento, preparando uma diretriz sobre o assunto, preparando regras sobre o assunto. O ponto de vista, a proposição de V. Ex^a coincide exatamente com a do Ministro Stábile e é muito valiosa.

Nesse aspecto, quero lembrar uma estatística, que me surpreendeu e me chocou: eu discutia, há dias, com o pessoal dos supermercados, e me informaram, então, que os supermercados de Salvador compram, no Sul e Sudeste, 85% do que fornecem a Salvador; em Recife, 80%; oitenta por cento dos alimentos de Recife e 85% dos de Salvador vão do Sul e Sudeste, o que é muito grave. É grave para o País e não deixa bem o Nordeste, porque há o problema de o Nordeste cuidar de si mesmo; não era possível o Nordeste aceitar esta posição, de comprar os seus alimentos no Sul e Sudeste.

Isso é um ponto muito importante que eu gostaria de lembrar, e sua proposição da boa subsistência, então, cai bem no assunto.

Em seguida, V. Ex^a falou, com muita propriedade, sobre a importância de um processo maior da desconcentração. E V. Ex^a discorda de quando eu disse que considero um patrimônio dispostos do eixo Rio-São Paulo, mas de outro modo, talvez, não pudessemos fazer, agora, uma grande arrancada. Aliás, explorei longamente esse tema, numa longa conferência que fiz, há dias, em São Paulo — se V. Ex^a permite, eu vou lhe mandar uma cópia — em que concluo do mesmo modo que V. Ex^a: chegou a hora, do mesmo modo que o homem usa artefatos para colaborar com a natureza, na sua nunca terminada obra da criação, o Governo tem que usar, em certos momentos, o seu poder para seguir o conjunto dos homens. Nesse sentido, entendo que é hora de o Governo intervir mais no processo econômico, de concentração regional. Vou lhe mandar uma conferência bastante longa que fiz sobre o assunto, há poucos dias.

Quando eu me referia a pedrinhas, eu significava apenas o sentido que tenho de desconcentrar de onde está a concentração; tenho de lançar lá os mecanismos, para de lá buscar a renda para desconcentrar no País. Isso é fundamental, evidentemente.

Em seguida, V. Ex^a falou sobre minidestilarias, e tentou apresentar uma contradição entre minha posição e a do Dr. Belotti; parece-me que não há contradição.

Insisto que no nível tecnológico existente, conhecido hoje, as minidestilarias têm um custo de produção unitário superior às médias e grandes destilarias; consequentemente, elas se justificam em regiões de consumo mais ralo, onde teria de haver longas distâncias de fretes, para transporte do álcool.

Então, nas regiões mais ralas, minidestilarias serão econômicas, porque produzirão um pouco mais caro mas terão custos de frete menores, porque estarão mais dispersas no território.

O Dr. Belotti disse — e sua frase me parece que é muito clara, e conversei com ele — que o Programa do Álcool não é um programa estatizável ou um programa para multinacionais, porque ele não é um programa para grandes empresas; isso o que ele disse e sua frase transcreveu. Isso é muito diferente de se comentar o assunto de destilaria média ou mini; é outro assunto. Ele disse que o Programa do Álcool é um programa que não cabe para empresas estatais de multinacionais, porque é um programa de unidades de tamanho médio, e unidades de produção de cana, que cabem mais com empresas médias ou menores, o que não tem nada a ver com minidestilarias.

Finalmente, esse apelo sério do Nordeste, entendo que é uma clara obrigação nacional, agora, que haja toda uma mobilização de consciências e de lideranças nesse sentido. O Nordeste tem uma grande liderança política; a Fe-

deração, justamente, deu ao Nordeste, no quadro político, uma força muito grande; o Nordeste talvez não esteja usando a força política que tem, cuidando dos seus interesses.

Por sua vez, ainda há dias, em Fortaleza, criticavam-me pesadamente o processo de concentração, numa discussão muito tensa que tive com um empresário de Fortaleza, e eu lembrava a eles que o homem é um animal gregário e concentra-se. O Brasil concentrou-se no Rio e São Paulo; o Ceará concentrou-se em Fortaleza, e dentro de Fortaleza existe concentração de ricos de altíssimo nível, com vastíssimo contraste dentro de Fortaleza. É um fenômeno humano, natural, sob certo aspecto. É um problema de consciências humanas, digamos, é um problema, talvez, de ética, é um problema de espírito cristão, e é também um problema de defesa própria: reduzirmos este grau denso de contraste nacional.

Entretanto, acho que é obrigação fundamental do Governo da União cuidar da desconcentração do crescimento. É como um pai que cuida de filhos, digamos, que tiveram privilégios diversos mas que têm as mesmas necessidades, e cabe ao pai reduzir esses desequilíbrios, é fundamental. Mas que o filho não se esqueça de que ele também tem que fazer a sua parte. E o Nordeste é, por excelência, uma terra que percebi bem — gosto muito do Nordeste — uma terra de homens livres. Isso me faz lembrar um poema que cito muito, que eu falava em Minas Gerais, em certa ocasião. Permitam-me V. Ex^{as} que, de memória, eu repita esse poema, que acho muito interessante. "Tentaram libertar o escravo, quebrando-lhe as correntes, mas ele continuou escravo, porque ele tinha sobre si o longo hábito do conformismo." Então, termina o poeta: "Não se liberta escravos, liberta-se apenas homens livres!" E eu concluiria: não é preciso libertar homens livres, porque eles se libertam sozinhos! O Nordeste tem de conduzir o seu esforço de libertação, porque o Nordeste sabe ser livre. Isso tem que partir mais do Nordeste, e V. Ex^{as} têm muita força política, não se esqueçam disso.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Mas V. Ex^{as} também não pode esquecer que força política pressupõe regime democrático, porque sem ele ela é nula.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Mas estamos em pleno regime democrático.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Não sei se estamos, sobretudo, sabemos todos que não estávamos, durante esses 15 anos. Mas, agradeço a V. Ex^{as} e diria apenas, quando V. Ex^{as} diz que concorda comigo que é hora de desconcentrar, acho que essa hora já soou há muito tempo; quando se criou a SUDENE, foi uma tentativa da desconcentração, no entanto, a SUDENE foi golpeada, sucessivas vezes, por isso é que não atingiu as suas finalidades. E o problema de reduzir essa concentração de riqueza, pessoal e regional, não é apenas questão de ética, é também questão de estrutura política; e, sem a liberdade, não serão os poderosos que irão ceder os privilégios que eles usufruem, graças a essa estrutura político-econômica e social que aí está.

Mas, acreditamos que o povo vai continuar, e o Nordeste com o povo, para conquistar condições de realmente se emancipar. Muito obrigado a V. Ex^{as}.

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Permita-me lembrar a V. Ex^{as} que, no início da minha palestra, eu disse que o Presidente Figueiredo escolheu o desenvolvimento global, ou seja, econômico, político e social, porque ele entende que apenas através do político é que o econômico seguirá o social.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — V. Ex^{as} está distinguindo muito o Governo atual dos anteriores. V. Ex^{as} disse até que eu fiz críticas ao passado, quando eu me referi há apenas 10 anos. Ora, 10 anos é presente, numa evolução política e econômica, sobretudo de governos que pregam a chamada "continuidade revolucionária". Muito obrigado a V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Tem a palavra o nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, qualquer que seja a nossa capacidade de síntese, é impossível cumprir a minha missão dentro do prazo de dois minutos que restam para o encerramento da sessão.

Fico muito feliz em que o nobre Senador Marcos Freire tenha dito a V. Ex^{as} que já tem dúvidas se vivemos ou não num regime democrático; já é uma grande abertura do MDB em relação ao Governo.

Fico muito feliz, também, que V. Ex^{as} tenha mostrado, aqui, claramente, que a política de alternativas energéticas, ao contrário das críticas recebidas, até agora, ela tem se demonstrado, ao longo do tempo, inteiramente válida e certa. Quando V. Ex^{as} comparou as metas fixadas para este ano, em relação ao PROÁLCOOL, meta que foi ultrapassada, na verdade, pela produção atual,

quando V. Ex^{as} mostrou, inclusive, fazendo críticas que, onde nós poderíamos ter parado, onde poderíamos ter marcado passo teria sido, exatamente, na substituição de combustível, de óleo combustível ou talvez até do óleo diesel por outros elementos alternativos, até aí V. Ex^{as} está dando razão a essa concepção de uma política energética que tem, entretanto, nesta Casa, sofrido as mais severas restrições, V. Ex^{as} mostrou que estamos no caminho certo e que, realmente, diferentemente do que se supõe, o problema do álcool não é tão simples como se pensa e que, ainda hoje, o preço do álcool é mais caro em 40% do que o preço da gasolina. Poder-se-ia perguntar, desde logo, quanto seria em relação ao óleo combustível, ao óleo diesel que são subsidiários, então, muito mais caro ainda.

Não conheço, Sr. Ministro, em nenhuma literatura ligada aos parlamentos do mundo, não conheço, — repito — uma só palavra de quem quer que fosse que nos parlamentos abertos, e realmente democráticos, houvesse falado que, a partir de 1973, a política de petróleo, internacionalmente, usaria esse combustível como arma econômica e como arma de guerra. Não conheço ninguém que tivesse sido capaz de prever que o petróleo de menos de 2 dólares, por barril, atingiria 22 dólares, hoje, e já no *export market*, 30 dólares por barril.

De maneira que a posição brasileira — como V. Ex^{as} citou — é singular. Inclusive, fala-se muito hoje na tecnologia que o Brasil está desenvolvendo por ele mesmo.

Acho que V. Ex^{as} foi muito feliz e tratou os Senadores da República com, não apenas o respeito que o Ministro de Estado deve a eles, como eles devem ao Ministro de Estado, nessa reciprocidade que é democrática, mas V. Ex^{as}, sobretudo, falou com extrema lealdade e extrema sinceridade. É essa transparência do Ministro, é essa dignidade do Ministro que eu saúdo como Líder da Maioria, responsável pela presença de V. Ex^{as}, hoje, aqui nesta Casa.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — E peço a V. Ex^{as} que o faça também em nome da Liderança do MDB.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Acrescento, com muito prazer, que as minhas palavras são endossadas pela Liderança do Movimento Democrático Brasileiro.

Vê V. Ex^{as} que esses Partidos, perto talvez de uma destinação nova, saibam juntar-se, quando se trata de fazer justiça. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOÃO CAMILO PENNA — Sr. Presidente, Sr. Jarbas Passarinho, Líder do Governo, Sr. Senador Marcos Freire, tive uma grande tarde aqui. Como disse, na minha postura de cidadão, nunca supus que um dia eu chegasse à tribuna do Senado, falar com a Câmara mais alta de representação do País, homens que, pela experiência, certamente fizeram com que eu sáisse hoje daqui mais rico. Uma frase, e acabei de falar num poema, há uma frase que vi há dias num teatro, em São Paulo, que diz o seguinte: "Eu sou rico porque possuo esta terra; eu sou nobre porque venho desta gente! Gostei dessa frase.

Mas, é exatamente isto: aqui no Senado vejo o Brasil e sinto-me, claramente, como autor desta frase "Eu me sinto rico porque possuo esta terra e nobre porque sou desta gente! Saio daqui, certamente, como eu dizia, mais experiente e mais confiante porque vejo que o processo democrático está vivo, está atuante. E que o político está presente para que o econômico sirva ao social.

Esta é a minha convicção com que saio daqui. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A Mesa do Senado — eu não diria que agradece a tarde que nos proporcionou o eminente Ministro da Indústria e do Comércio, acredito que diria melhor — se congratula com o Senado pelo espetáculo de cultura, de inteligência e de democracia a que assistimos, tanto na palavra do Sr. Ministro quanto na de todos os Srs. Senadores que o interpelaram.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas.)

TRECHO DO DISCURSO PROFERIDO PELO SR. MARCOS FREIRE NA SESSÃO DE 13-9-79, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM OMISSÃO NO DCN — SEÇÃO II — DE 15-9-79, PÁGINA 4530, 2ª COLUNA.

"Opinião de que, pela própria natureza da atividade, empresas de grande porte, como a PETROBRÁS, sejam elas privadas ou estatais, não têm

condições de participar, com a eficiência desejada, diretamente da produção do álcool, ou seja, executar as operações agrícolas e industriais a ela relacionadas. Entre as grandes empresas incluem as nacionais e as ESTRANGEIRAS ou MULTINACIONAIS (grifo nosso). Julgo essa atividade típica de empresários privados que possam supervisionar diretamente seus negócios.”

ATO DO PRESIDENTE

Nº 34, de 1979

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004722/79,

Resolve aposentar Ronaldo Pacheco de Oliveira, no cargo de Técnico Legislativo, Classe Especial, Código SF-AL-011, Referência 57, do Grupo-Atividades de Apoio Legislativo do Quadro Permanente do Senado Federal, com base nos artigos 101, inciso III e 102, inciso I, letra a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 403, inciso II, 404, inciso I e 392, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972 e artigo 405, incisos II e IV da mesma Resolução alterada pela Resolução SF nº 30, de 1978, com proventos integrais acrescidos de 20%, com a vantagem da gratificação de função “FG-3” e a gratificação adicional a que tem direito na forma do artigo 3º da Lei nº 5.903, de 1973 e o artigo 10 da Lei nº 4.345, de 1964, observando-se o disposto no artigo 102, § 2º, da Constituição.

Senado Federal, 24 de setembro de 1979. — Senador Luiz Viana, Presidente do Senado Federal.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 23 de 1979

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, resolve:

Aposentar, por invalidez, Gustavo de Souza Ribeiro, Assistente Legislativo, Classe Especial, Código SF-AL-012, Referência 42, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso I, e 102, inciso I, letra “b” da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 403, inciso III, § 2º, 404, inciso III, 359 e 392, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, com vencimentos integrais e a gratificação adicional a que tem direito, na forma dos artigos 3º da Lei nº 5.903, de 09 de julho de 1973, e 10 da Lei nº 4.345, de 10 de junho de 1964.

Senado Federal, 8 de agosto de 1979. — Senador Luiz Viana, Presidente do Senado Federal.

(*) Republicado por haver saído com incorreções no DCN, Seção II, de 09-8-79.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 32, DE 1979

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004521/79,

Resolve aposentar José Manoel Gomes, no cargo de Assistente Legislativo, Classe “Especial”, Código SF-AL-012, Referência 43, do Grupo — Atividades de Apoio Legislativo do Quadro Permanente do Senado Federal, com base nos artigos 101, inciso III e 102, inciso I, alínea “a”, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 403, inciso II, 404, inciso I e 392, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972 e artigo 405, inciso IV, § 2º da mesma Resolução, alterada pela Resolução SF nº 30, de 1978, com proventos integrais acrescidos de 20% e a gratificação adicional a que tem direito na forma do artigo 3º da Lei nº 5.903, de 1973, e o artigo 10 da Lei nº 4.345, de 1964, observando-se o disposto no artigo 102, § 2º, da Constituição.

Senado Federal, 14 de setembro de 1979. — Senador Luiz Viana, Presidente do Senado Federal.

(*) Republicado por haver saído com incorreções no DCN, Seção II, de 18-09-79

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA

EM 11 DE SETEMBRO DE 1979.

Às dezessete horas do dia onze de setembro de mil novecentos e setenta e nove, presentes os Senhores Deputados Aldo Fagundes, Dário Tavares, Furtado Leite, Maurício Freut e Senador Nelson Carneiro, sob a presidência do Senhor Deputado Bento Gonçalves Filho, reuniu-se o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas para tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, são relatados, com pareceres favoráveis e aprovados, por unanimidade, os processos de integralização de carência em que são interessados José Zavaglia e Minoru Massuda; de concessão de auxílio-funeral a Nice Ferreira Lima; de concessão de pensão a Elza Ambrósio. A seguir é colocado em discussão o parecer do Senador Nelson Carneiro ao processo de pagamento do pecúlio instituído pelo Decreto Legislativo nº 96/75, a Maria Elmozina de Castro Lima e Outros, sem conclusão pelo Conselho Deliberativo que, unanimemente, decide encaminhar a matéria às Comissões de Constituição e Justiça do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para interpretação da mesma, à luz da Resolução nº 46/75, do IPC, que regulamentou a concessão do referido pecúlio. Nada mais havendo a tratar, às dezoito horas e trinta e cinco minutos é encerrada a reunião. E, para constar, eu Nelson Santa Cruz Quirino, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. As.: Deputado Bento Gonçalves Filho, Presidente.

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

15ª REUNIÃO, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1979

Às onze horas do dia vinte de setembro de mil novecentos e setenta e nove, na Sala de Reuniões do Anexo B, presentes os Senhores Senadores Lenoir Vargas (Vice-Presidente, no exercício da Presidência), Franco Montoro, Jayson Barreto, Henrique de La Rocque, Jessé Freire e Humberto Lucena, reúne-se a Comissão de Legislação Social.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Helvídio Nunes, Moacyr Dalla e Aloysio Chaves.

Constatada a existência de *quorum*, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, sendo dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Em seguida, são apreciadas as seguintes matérias.

Pelo Senador Jayson Barreto:

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 1979, que assegura direitos à promoção e aproveitamento do empregado em atividade privativa de habilitação

qualificada. Aprovado parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, com a Emenda nº 1-CLS.

Pelo Senador Jessé Freire:

Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1977, que amplia o conceito de trabalhador rural, para efeitos previdenciários. Aprovado parecer favorável.

De acordo com o Regimento Interno, o Senhor Presidente convida o Senador Henrique de La Rocque para assumir a Presidência.

Pelo Senador Lenoir Vargas são, então, relatados os seguintes projetos:

Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1979, que concede aos empregados domésticos, período de férias igual ao dos demais empregados da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972. Rejeitado parecer contrário ao projeto, sendo designado o Senador Humberto Lucena para relatar o vencido.

Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 1978, que dispõe sobre as profissões de distribuidor e de vendedor de jornais e revistas. Aprovado parecer por audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Leila Leivas Ferro Costa, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA**Presidente**

Luiz Viana (ARENA — BA)

1º-Vice-Presidente

Nilo Coelho (ARENA — PE)

2º-Vice-Presidente

Dinarte Mariz (ARENA — RN)

1º-Secretário

Alexandre Costa (ARENA — MA)

2º-Secretário

Gabriel Hermes (ARENA — PA)

3º-Secretário

Lourival Baptista (ARENA — SE)

4º-Secretário

Gastão Müller (ARENA — MT)

Suplentes de Secretários

Jorge Kalume (ARENA — AC)

Benedito Canelas (ARENA — MT)

Passos Pôrto (ARENA — SE)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA**Líder**

Jarbas Passarinho

Vice-Líderes

Aloysia Chaves

José Lins

Aderbal Jurema

Lomanto Júnior

Moacyr Dalla

Murilo Badaró

Saldanha Derzi

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA**Líder**

Paulo Brossard

Vice-Líderes

Henrique Santillo

Humberto Lucena

Marcos Freire

Mauro Benevides

Orestes Quêrcia

Pedro Simon

Roberto Saturnino

COMISSÕES

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira

Local: Anexo II — Terreo

Telefones: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cândido Hipertt

Local: Anexo II — Terreo

Telefone: 225-8505 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Evelásio Vieira

Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares

1. Passos Pôrto
2. Benedito Canelas
3. Pedro Pedrossian
4. José Lins

Suplentes**ARENA**

1. Jutahy Magalhães
2. Affonso Camargo
3. João Calmon

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Leite Chaves
3. José Richa

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Mendes Canale

Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

1. Mendes Canale
2. José Lins
3. Eunice Michiles
4. Vicente Vuolo

Suplentes**ARENA**

1. Raimundo Parente
2. Alberto Silva
3. Almir Pinto

MDB

1. Evandro Carreira
2. Agenor Maria
3. Mauro Benevides

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(15 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Henrique de La Rocque

1º-Vice-Presidente: Aloysia Chaves

2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

Titulares

1. Henrique de La Rocque
2. Helvidio Nunes
3. José Sarney
4. Aloysia Chaves
5. Aderbal Jurema
6. Murilo Badaró
7. Moacyr Dalla
8. Amaral Furlan
9. Raimundo Parente

Suplentes**ARENA**

1. Lenoir Vargas
2. João Calmon
3. Almir Pinto
4. Milton Cabral
5. Bernardino Viana
6. Arnon de Mello

MDB

1. Hugo Ramos
2. Leite Chaves
3. Lázaro Barboza
4. Nelson Carneiro
5. Paulo Brossard
6. Franco Montoro

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)
(11 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jessé Freire

Vice-Presidente: Lázaro Barboza

Titulares

1. Jessé Freire
2. José Sarney
3. Passos Pôrto
4. Saldanha Derzi
5. Affonso Camargo
6. Murilo Badaró
7. Benedito Ferreira

Suplentes**ARENA**

1. José Guimard
2. Tarso Dutra
3. Benedito Canelas
4. Moacyr Dalla

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza
3. Adalberto Sena
4. Mauro Benevides

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)
(11 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Itamar Franco

Vice-Presidente: Roberto Saturnino

Titulares

1. Arnon de Mello
2. Bernardino Viana
3. José Lins
4. Jessé Freire
5. Milton Cabral
6. Benedito Canelas
7. Luiz Cavalcante

Suplentes**ARENA**

1. Helvidio Nunes
2. Alberto Silva
3. Benedito Ferreira
4. Vicente Vuolo

MDB

1. Roberto Saturnino
2. Itamar Franco
3. Marcos Freire
4. Pedro Simon

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. João Calmon	1. José Lins
2. Tarso Dutra	2. Arnon de Mello
3. Jutahy Magalhães	3. Jorge Kalume
4. Aloysio Chaves	4. Pedro Pedrossian
5. Aderbal Jurema	
6. Eunice Michiles	

MDB

1. Adalberto Sena	1. Marcos Freire
2. Evelasio Vieira	2. Gilvan Rocha
3. Franco Montoro	

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cunha Lima
Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Raimundo Parente	1. Saldanha Derzi
2. Arnon de Mello	2. Henrique de La Rocque
3. Lomanto Júnior	3. Jesse Freire
4. Affonso Camargo	4. José Sarney
5. Vicente Vuolo	5. Milton Cabral
6. Alberto Silva	6. José Guimard
7. Amaral Furlan	
8. Jorge Kalume	
9. Jutahy Magalhães	
10. Mendes Canale	

MDB

1. Cunha Lima	1. Paulo Brossard
2. Tancredo Neves	2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino	3. Lázaro Barboza
4. Amaral Peixoto	4. Jose Richa
5. Pedro Simon	
6. Mauro Benevides	
7. Teotônio Vilela	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Helvídio Nunes
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhães
2. Helvídio Nunes	2. Raimundo Parente
3. Jesse Freire	3. Eunice Michiles
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Canelas
5. Henrique de La Rocque	
6. Aloysio Chaves	

MDB

1. Franco Montoro	1. Nelson Carneiro
2. Humberto Lucena	2. Marcos Freire
3. Jaison Barreto	

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Alberto Silva

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Luiz Cavalcante	1. Affonso Camargo
2. Milton Cabral	2. João Calmon
3. Alberto Silva	3. Jutahy Magalhães
4. Arnon de Mello	

MDB

1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Roberto Saturnino
3. Henrique Santillo	

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Anexo "B" — Sala ao lado do Gab. do Sr. Senador João Bosco — Ramal 484

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dirceu Cardoso
Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Tarso Dutra	1. João Calmon
2. Saldanha Derzi	2. Murilo Badaro
3. Mendes Canale	3. José Sarney
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Thereza Magalhães Motta — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi
2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Tarso Dutra	1. Aloysio Chaves
2. Bernardino Viana	2. Pedro Pedrossian
3. Saldanha Derzi	3. Henrique de La Rocque
4. Lomanto Júnior	4. Jose Guimard
5. Mendes Canale	5. Luiz Cavalcante
6. Aderbal Jurema	6.
7. Almir Pinto	
8. Lenoir Vargas	
9. José Sarney	

MDB

1. Paulo Brossard	1. Marcos Freire
2. Nelson Carneiro	2. Mauro Benevides
3. Itamar Franco	3. Leite Chaves
4. Jose Richa	
5. Amaral Peixoto	
6. Tancredo Neves	

Assistente: Cândido Hippertt — Ramais 301-313

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilvan Rocha
Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Lomanto Júnior	1. Saldanha Derzi
2. Almir Pinto	2. Jorge Kalume
3. Alberto Silva	3. Benedito Canelas
4. Jose Guimard	

MDB

1. Gilvan Rocha	1. José Richa
2. Henrique Santillo	2. Adalberto Sena
3. Jaison Barreto	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jorge Kalume
Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. Murilo Badaro	3. José Guimard
4. Benedito Ferreira	

MDB

1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	2. Jaison Barreto
3. Hugo Ramos	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evandro Carreira
Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo
2. Henrique de La Rocque	2. Pedro Pedrossian
3. Bernardino Viana	3. Aderbal Jurema
4. Alberto Silva	

MDB

1. Evandro Carreira
2. Humberto Lucena
3. Lazaro Barboza

1. Orestes Quercia
2. Evelásio Vieira

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Ferreira

Vice-Presidente: Vicente Vuolo

Titulares

1. Benedito Ferreira
2. Vicente Vuolo
3. Pedro Pedrossian
4. Affonso Camargo

Suplentes

ARENA

1. Passos Pôrto
2. Lomanto Junior
3. Alberto Silva

MDB

1. Evandro Carreira
2. Lazaro Barboza
3. Orestes Quercia

1. Leite Chaves
2. Agenor Maria

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
E DE INQUÉRITO**

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Terreo

Telefone: 225-8505 — Ramal 303

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional

2) Comissões Temporárias para Avaliação de Votos

3) Comissões Especiais e de Inquérito, e

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sa — Ramal 310; Leila Leivas Ferri Costa — Ramal 314.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

PARA O ANO DE 1979

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	10:00	C.E.C	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	SÔNIA
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME
	C.A.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	DANIEL
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	DANIEL	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA THEREZA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	CÂNDIDO				
	C.M.E.	ANEXO "B" Ramal - 484	RONALDO				

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

*** QUADRO COMPARATIVO ***

Foi lançada a 3ª edição revista e atualizada da Constituição da República Federativa do Brasil — Quadro Comparativo, obra da SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.

A publicação apresenta a comparação, dispositivo por dispositivo, do texto constitucional vigente à Constituição do Brasil de 1967 e à Carta de 46, com 123 notas explicativas e índices sistemático e analítico-remissivo.

A obra, com 348 páginas, pode ser obtida pelo reembolso postal ao preço de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), devendo o pedido ser dirigido à SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL — Brasília, DF — CEP: 70.160.

REPRESENTAÇÕES POR INCONSTITUCIONALIDADE DISPOSITIVOS DE CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Acórdãos do STF (íntegras) em Representações por inconstitucionalidade de dispositivos de Constituições estaduais. Resoluções do Senado Federal, suspendendo a execução de dispositivos julgados inconstitucionais pelo STF.

EDIÇÃO: 1976
2 tomos



PREÇO:
Cr\$ 150,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- **Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);**
- **Código Eleitoral (e suas alterações);**
- **Sublegendas;**
- **Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);**
- **Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);**
- **Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;**
- **Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestação de contas dos partidos políticos);**
- **Lei do transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974).**

Edição: Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

SUPLEMENTO 1976

(com adendo de maio de 1978)

Preço: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160

acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,

ou pelo sistema de Reembolso Postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Está circulando o nº 61 da REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.

Este número contém as teses e conclusões do 1º Congresso Latino-Americano sobre Meios de Comunicação e Prevenção do Delito, realizado na Colômbia, extensa pesquisa sobre a problemática do menor (*Luiz Otávio de Oliveira Amaral*), o histórico da Emenda Constitucional nº 12/78 e trabalhos doutrinários sobre: a regulamentação do art. 106 da Constituição (*Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*), a arguição de relevância da questão federal (*Iduna W. Abreu*), desenvolvimento do direito autoral (*Antônio Chaves*), o orçamento-programa e suas implicações (*Janes França Martins*), a recente evolução jurisprudencial na interpretação da Lei nº 4.121 (*Arnoldo Wald*), legislação previdenciária (*Sully Alves de Souza*), tributação urbana (*Fides Angélica Ommati*), Lei das S.A. (*Otto Gil e José Reinaldo de Lima Lopes*), o princípio da probidade no Código de Processo Civil (*Alcides de Mendonça Lima*) e o "certiorari" americano e a advocacia no STF (*Igor Tenório*).

A revista, contendo 330 páginas, pode ser obtida ao preço de Cr\$ 30,00, pelo sistema de reembolso postal, dirigido o pedido à SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL — Brasília, DF — CEP: 70.160.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00